



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 2/2026**  
**COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**

**PROCESSO TCE Nº 00304/2026-0**  
**UASG: 925467**

**ACESSO EDITAL:**

<https://pncp.gov.br/app/editais>

**Objeto**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual profissional, compreendendo a gravação, edição e finalização de programas televisivos inéditos da “III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas”, incluindo a disponibilização de estúdio profissional com infraestrutura completa necessária à execução das atividades, conforme as condições, especificações e quantidade constantes neste Edital.

**Valor estimado**

**R\$ 180.400,00** (cento e oitenta mil e quatrocentos reais).

**Data da Sessão Pública e Provedor do Pregão**

Dia **9/4/2026** às **10h** (horário de Brasília) - **Portal Compras.gov.br** ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))

<b>Registro de Preços?</b>	<b>Garantia de Execução?</b>	<b>Garantia da Proposta</b>	<b>Modo de Disputa</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
Não	Não	Não	Aberto - Lances (Intervalo Mínimo de 0,01%)	Menor Preço

**Documentos de Habilitação\***

**Requisitos Básicos:**

SICAF ou documentos equivalentes que atendam a todas as exigências de habilitação

**Requisitos Específicos:**

**Qualificação Econômico-Financeira**

Nos termos do **item 10.4** do Anexo I deste Edital.

**Qualificação Técnica**

Nos termos do **item 10.5** do Anexo I deste Edital.

\* Os detalhamentos dos documentos/requisitos de habilitação devem ser consultados no item 10 do Anexo I deste Edital.

<b>Vistoria?</b>	<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserva Cota ME/EPP?</b>	<b>Prova de Conceito?</b>
Não	Não	Não	Sim, conforme item 5.3 do Anexo I deste Edital.

**Prazo para envio da proposta/documentação**



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

Até 3 horas após a convocação realizada pelo Agente de Contratação

**Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações**

Até as 23h59min do dia 6/4/2026 no endereço eletrônico (e-mail: [cpc@tce.ce.gov.br](mailto:cpc@tce.ce.gov.br)) ou até as 17h para protocolo no endereço Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza-CE.

**Contato/Dúvidas:**

Telefone (85) 3125-8525: para dúvidas de caráter técnico;

Telefone (85) 3125-8406: para dúvidas relacionadas ao procedimento licitatório;

E-mail: [cpc@tce.ce.gov.br](mailto:cpc@tce.ce.gov.br)



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 2/2026**  
**COMPRAS.GOV Nº 90002/2026**

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará, por intermédio deste Agente de Contratação, designado pela Portaria nº 715/2024, publicada em 19 de setembro de 2024, prorrogada pela Portaria nº 1233/2025, publicada em 29 de dezembro de 2025, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, da Lei Complementar nº 123/2006 e das demais normas aplicáveis ao objeto deste certame, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS:**

**1.1 O PROCESSO LICITATÓRIO TEM POR OBJETIVOS:** ***I** - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a administração pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; **II** - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; **III** - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos e; **IV** - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, OBSERVANDO OS PRINCÍPIOS* da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

**2. DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual profissional, compreendendo a gravação, edição e finalização de programas televisivos inéditos da “III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas”, incluindo a disponibilização de estúdio profissional com infraestrutura completa necessária à execução das atividades, conforme as condições, especificações e quantidade constantes neste Edital.

2.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

**3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço.

**4. DA CONVOCAÇÃO (DAS DATAS, HORÁRIOS E DO ENDEREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO):**

4.1. ENDEREÇO ELETRÔNICO DA LICITAÇÃO: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

4.2. CÓDIGO UASG: 925467.



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

4.3. ACESSO AO EDITAL: [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1) e PORTAL DA TRANSPARÊNCIA do TCE/CE: <https://www.tce.ce.gov.br/licitacoes/consulta-licitacoes>

4.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 9/4/2026, às 10h.

4.5. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

4.6. O Setor de Contratação do TCE/CE atende pelo telefone de nº (85) 3125-8406 e pelo e-mail: [cpc@tce.ce.gov.br](mailto:cpc@tce.ce.gov.br).

4.7. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada conforme aviso no provedor do certame.

## 5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. O fornecimento do objeto desta licitação é estimado em R\$ 180.400,00 (cento e oitenta mil e quatrocentos reais).

## 6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Os critérios de participação serão os previstos no **item 4** do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

## 7. DA VISTORIA

7.1. Não há previsão de vistoria.

## 8. DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não há previsão do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços para o objeto da presente licitação.

## 9. DA PROPOSTA

9.1. Na presente licitação, fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

9.2. A licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

9.2.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor global (R\$) dos serviços, já considerados e inclusos todos os tributos, tarifas e demais despesas e custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto.



9.2.2. O **valor máximo** a ser aceito, após concluída todas as etapas do Pregão, é o previsto no **item 1.3.3** do Anexo I deste Edital.

9.3. A licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133/2021, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

9.4. A licitante declarará, ainda, que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sessão de abertura deste Pregão.

9.5. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

9.6. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

9.7. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

9.8. Quando do cadastramento da proposta, encaminhada exclusivamente por meio do sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo.

9.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos da fase de envio de lances.

9.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

10.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



## 11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance

11.2. O modo de disputa adotado será o “**ABERTO**”, conforme disposto no art. 23 da IN Seges-ME nº 73/2022.

11.3. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.3.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

11.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01%.

11.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

11.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6.1 Só haverá empate entre propostas iguais se não seguidas de lances.

11.7. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

11.9. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.10. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

11.11. O sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente após encerrada essa etapa e, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas.

11.11.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de



classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.12. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado para que, no prazo de **3 (três) horas**, envie a proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

11.12.1. A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da data de abertura do certame, em sede de diligência, bem como, a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, não constitui apresentação de novos documentos nos termos do entendimento proferido no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

11.12.2. A prorrogação poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou de ofício, a critério do agente de contratação quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

11.13. O não envio dos documentos no prazo estabelecido pelo agente de contratação, sem justificativa aceita, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação da licitante e consequente desclassificação de sua proposta, e na ocorrência da infração constante do Inciso IV do Art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 com as sanções previstas nos incisos II (multa) e III (impedimento de licitar e contratar).

## **12. DA FASE DE JULGAMENTO**

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta ao SICAF e a consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do (TCU Certidões APF) disponível no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

12.2. É responsabilidade do licitante garantir a precisão de seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo corrigir ou alterar registros imediatamente ao identificar inconsistências ou desatualizações (IN nº 3/2018, art. 7º, caput). A não observância do item anterior pode resultar em desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

12.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.3.1. Contiver vícios insanáveis;

12.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

12.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a



contratação;

12.3.3.1. No caso dos preços presumidamente inexequíveis a exequibilidade terá que ser demonstrada nos termos dos Art. 33 e 34 da IN nº 73/2022.

12.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

12.5. A proposta de preços poderá ser ajustada pelo licitante, desde que não haja majoração do preço e se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

### **13. DA PROVA DO CONCEITO – VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA**

13.1. A exigência relativa à apresentação de amostra está detalhada no item 5.3 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

### **14. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

14.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante classificada em primeiro lugar e cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento, nos termos do **item 10** do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

14.2. A habilitação será verificada, preferencialmente, por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

14.2.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

14.2.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, caso não estejam contemplados no Sicaf, bem como a declaração que não emprega menores nos termos do artigo 7º, XXXIII, da CF, além de condições adicionais, eventualmente requisitadas, como a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, deverão ser enviados por meio do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando solicitados pelo Agente de Contratação.

14.2.2.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de **até 3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.

14.2.2.2. Em se tratando de empresa(s) estrangeira(s) serão adotados os preceitos constantes da IN nº 10/2020.

14.3. O Agente de Contratação poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

14.4. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos





somente em nome da matriz.

14.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão.

14.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado os prazos dispostos neste edital.

14.7. A habilitação técnica do Consórcio, caso seja necessário, será calculada com base na soma dos quantitativos de cada membro do consórcio. Para a habilitação econômico-financeira, também se considerará a soma dos valores de cada consorciado.

14.8. Caso o consórcio não seja composto exclusivamente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exija requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

## **15. DOS RECURSOS**

15.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do pregão.

15.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

## **16. DAS PENALIDADES**

16.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa, nos termos do **item 11** do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.



## **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária constante do **item 15** do Anexo I deste Edital.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, para o fornecimento do objeto especificado neste Edital, conforme as justificativas apresentadas no **item 5.1.3.1.** do Anexo I.

## **19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**19.1.** Não haverá exigência de garantia da contratação do art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de simples contratação que não representa risco ou complexidade técnica relevante ou inovação específica que justifique a exigência de garantia de execução.

## **20. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**20.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico [cpc@tce.ce.gov.br](mailto:cpc@tce.ce.gov.br).

**20.1.1.** Se realizadas por meio eletrônico, até as 23h59min da data limite fixada, ou até as 17h dessa mesma data, se realizada de forma protocolar nas dependências do TCE/CE no endereço, Rua Sena Madureira, 1047, Centro, Fortaleza-CE.

**20.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**20.2.1.** Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem acima, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

**20.3.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**21.1.** O objeto deste Pregão será adjudicado à licitante vencedora.

**21.2.** A adjudicação e homologação desta licitação competem a autoridade competente ou pessoa designada do Tribunal de Contas do Estado do Ceará para tal função.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

se balizem pelos objetivos e princípios que regem as contratações públicas elencados no item 1 do presente edital.

22.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato e busquem satisfazer o interesse público primário.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

22.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

### **23. DOS ANEXOS**

23.1. À entrega do objeto, às condições de pagamento, as obrigações da contratada e contratante e demais condições encontram-se previstas no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

23.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.2.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.2.2. ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato;

23.2.3. ANEXO III – Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor;

23.2.4. ANEXO IV – Modelo de Carta Proposta.

Fortaleza, 23 de março de 2026.

José Ricardo Moreira Dias  
Agente de Contratação

### **EQUIPE DE APOIO:**

Brenno Meneses Lima

Marcos Murilo Timbó Batista

Francisco das Chagas Evangelista

Edmundo Monte Cavalcante



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA – LEI FEDERAL Nº 14.133/21**  
**Processo Administrativo nº 00304/2026-0**  
**Licitação - Pregão eletrônico**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. UNIDADE REQUISITANTE: Escola de Contas Instituto Plácido Castelo – IPC**

**1.2. OBJETO**

**1.2.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual profissional, compreendendo a gravação, edição e finalização de programas televisivos inéditos da “III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas”, incluindo a disponibilização de estúdio profissional com infraestrutura completa necessária à execução das atividades, conforme as condições, especificações e quantidade constantes neste Termo de Referência.

**1.3. VALOR ESTIMADO**

**1.3.1.** Para a definição do valor estimado da contratação foram observados os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa Seges/ME nº 65/2021.

**1.3.2.** As especificações e justificativas relativas à formação do valor estimado encontram-se detalhadas no Documento de Formalização da Pesquisa de Preços, que integra o presente Termo de Referência como anexo, no qual são apresentados os parâmetros utilizados e a metodologia adotada para a estimativa de custos.

**1.3.3.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 180.400,00 (cento e oitenta mil e quatrocentos reais)**.

**1.3.4.** Embora tenha sido realizada consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em atendimento ao art. 23, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 5º, incisos I e II, da Instrução Normativa Seges/ME nº 65/2021, verificou-se que as contratações identificadas apresentam objetos com características distintas da solução pretendida nesta contratação, envolvendo, em sua maioria, serviços pontuais de filmagem ou cobertura de eventos, sem a exigência de infraestrutura técnica completa de estúdio e produção audiovisual integrada.

**1.3.5.** Diante dessa limitação, a estimativa de preços foi fundamentada prioritariamente em pesquisa direta junto a fornecedores especializados do setor audiovisual, metodologia admitida pela Instrução Normativa Seges/ME nº 65/2021 quando as fontes tradicionais não apresentam parâmetros suficientemente aderentes às características do objeto.

**1.3.5.1.** Nesse contexto, foram encaminhadas solicitações formais de orçamento a 20 (vinte) empresas do segmento de produção audiovisual, mediante envio de comunicações eletrônicas institucionais, com prazo para apresentação das propostas.



**1.3.5.2.** Ao término do prazo estabelecido, foram recebidas **03 (três) propostas válidas**, apresentadas pelas seguintes empresas:

Serviços de produção audiovisual profissional	
Gregori Fiorini Produções Audiovisuais e Artísticas Ltda.	R\$ 297.000,00
<b>Evolux 360 Ltda.</b>	<b>R\$ 180.400,00</b>
Terravista Produtora de Eventos Ltda.	R\$ 162.940,00

**1.3.5.3.** A ordenação dos valores obtidos evidenciou discrepância relevante entre a proposta de maior valor e as demais apresentadas. Em razão disso, e considerando o número reduzido de cotações válidas, adotou-se a mediana dos valores como metodologia para definição da estimativa de preços, por se tratar de medida estatística menos sensível à influência de valores extremos e mais representativa do comportamento do mercado em situações semelhantes.

**1.3.5.4.** Dessa forma, o valor estimado da contratação foi fixado em R\$ 180.400,00 (cento e oitenta mil e quatrocentos reais).

**1.3.5.5.** Registra-se que a pesquisa de preços considerou, ainda, as particularidades logísticas e operacionais relacionadas ao local de execução do objeto, especialmente a necessidade de estúdio com infraestrutura técnica adequada na cidade de Fortaleza/CE e a disponibilidade de equipe especializada para a realização das gravações e atividades de pós-produção.

**1.3.6.** Assim, conclui-se que o valor estimado reflete de maneira adequada as condições de mercado aplicáveis à presente contratação, observando os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1.** Trata-se de contratação de serviço comum, uma vez que o programa a ser desenvolvido não requer maior complexidade, por ser rotineiro e com escopo bem definido, utilizando tecnologia sem complexidade técnica. Além disso, os serviços podem ser objetivamente definidos por padrões usuais praticados no mercado, com base nos preços ofertados e sem necessidade de avaliação especializada, restando, assim, a opção de realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, art. 28, I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e pelas Instruções Normativas SEGES, IN nº 73/2022 e IN nº 65/2021.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

### **3.1. Descrição da solução**

**3.1.1.** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual profissional, compreendendo a gravação, edição e finalização de programas televisivos inéditos da “III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas”, incluindo a disponibilização



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

de estúdio profissional com infraestrutura completa necessária à execução das atividades, conforme as condições, especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

**3.1.1.1.** A execução deverá contemplar:

- a) 08 (oito) programas televisivos inéditos, com 60 (sessenta) minutos cada;
- b) disponibilização do espaço físico (estúdio) pelo prazo necessário para realização de testes e a gravação dos programas;
- c) equipe técnica qualificada;
- d) equipamentos de captação de imagem e áudio;
- e) cenografia;
- f) edição de conteúdo;
- g) demais serviços necessários à entrega do produto, conforme as especificações deste Termo de Referência.

**3.1.2.** O quadro 01 abaixo informa os itens e descrições técnicas necessários para a execução da presente contratação.

QUADRO 01	
ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA
1	<b>SONORIZAÇÃO</b> – Captação de áudio direto com microfones profissionais (de lapela e de mão), mesa de som digital, gravação multicanal e monitoramento técnico em tempo real durante as gravações.
2	<b>ILUMINAÇÃO</b> – Sistema de iluminação cênica para estúdio, composto por refletores LED, <i>movings</i> e luzes difusas apropriadas para gravação em vídeo, com controle digital e temperatura de cor adequados.
3	<b>PROJEÇÃO DE IMAGENS</b> – Painel LED curvo medindo, no mínimo, 8m x 4m, <i>Leyard</i> resolução 2.9, 3840 Hz, com resolução em HD, adequada para exibição ao vivo e durante as gravações, incluindo equipamentos de gerenciamento e controle de conteúdo ( <i>media server</i> ou similar).
4	<b>COMUNICAÇÕES</b> – Transceptores de rádio portátil ( <i>walkie-talkie</i> ) e demais aparelhos para comunicação entre equipe técnica e apresentadores, bem como teleprompters e demais recursos técnicos audiovisuais.
5	<b>EQUIPE TÉCNICA</b> – produtor executivo, diretor de cena, diretor de corte, operadores de câmera, técnico de som, técnico de iluminação, operador de <i>streaming</i> , editor de vídeo, assistente de produção, apoio logístico e serviços gerais (limpeza), além de outros profissionais necessários à entrega do produto.
6	<b>ESPAÇO</b> – Estúdio profissional com, no mínimo: 220 m <sup>2</sup> , pé-direito de 6 metros, climatização, isolamento acústico, infraestrutura elétrica compatível, sala de apoio/logística e demais instalações necessárias. Disponível por 3 (três) diárias: 1 dia para montagem técnica e testes / 2 dias para gravações.



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

QUADRO 01	
ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA
7	<b>FILMAGEM E TRANSMISSÃO</b> - Sistema de captação com no mínimo: 5 (cinco) câmeras em 4K, sendo uma das câmeras para a tradução em libras, corte ao vivo ( <i>switcher</i> ), sistema de gravação sincronizada com <i>backup</i> e operação por equipe técnica qualificada. Inclusão de equipamentos e suporte para transmissão via <i>streaming</i> .
8	<b>CENOGRAFIA</b> – Montagem de cenário composto por, no mínimo: 2 bancadas para até 4 pessoas cada, com 4 botões automatizados, para a interação das equipes; 2 botoeiras automatizadas para interação das equipes em formato de coluna; saíote de LED de, no mínimo, 2m x 1m; estrutura de 3 arquibancadas em 2 níveis medindo, no mínimo, 6m x 2m cada, com forração de linóleo medindo, no mínimo, 10m x 8m; e demais elementos compatíveis com a identidade visual do evento. PAINEL DE LED: Painel curvo medindo, no mínimo: 8m x 4m, <i>Leyard</i> resolução 2.9, 3840 Hz. TAPADEIRAS para isolar o espaço da área de gravação.
9	<b>PRODUÇÃO DE CONTEÚDO</b> – Edição e finalização de 8 (oito) programas de 60 minutos, divididos em blocos, com inserção de trilhas sonoras, cartelas, vinhetas animadas (até 10), abertura e encerramento padronizados, conforme identidade institucional. Inclusão de legendas, correção de cor e tratamento de áudio. Vídeo em 2160p (4K): 3840 x 2160 pixels 30 frames por segundo; Formato de áudio: AAC ou PCM 48hz.
10	<b>ENTREGA TÉCNICA</b> - Entrega dos episódios em formatos digitais compatíveis com TV e internet, a serem definidos pelo TCE/CE, podendo ser nos seguintes formatos: MP4 H.264, MOV, MXF ou outro disponível no mercado, com cópia master em mídia externa e link seguro para download. Organização dos arquivos em pastas nomeadas por episódio.
11	<b>ACESSIBILIDADE</b> - Produção de versões acessíveis dos episódios, incluindo legendas e, quando requisitado, janela de LIBRAS, em conformidade com a legislação vigente, bem como espaço e gravação do intérprete, concomitante.
12	<b>CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS</b> - A contratada deverá ceder integralmente os direitos autorais patrimoniais sobre todo o conteúdo produzido, permitindo o uso irrestrito pelo TCE Ceará em plataformas físicas e digitais, sem ônus adicional.
13	<b>ESTRUTURA</b> - Estrutura metálica e suportes para montagem e fixação de equipamentos de iluminação, sonorização e painéis visuais, incluindo montagem, adequação e desmontagem, bem como disponibilização de gerador de energia.

### 3.2. Das justificativas





**3.2.1.** Em 2026, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, por meio do Instituto Plácido Castelo - IPC e em parceria com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC, está promovendo a III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas.

**3.2.2.** Trata-se de um evento educacional e competitivo que visa estimular o estudo, a pesquisa e o exercício do controle social, envolvendo professores, estudantes e escolas da Rede Pública Estadual de Ensino. A iniciativa busca fomentar a formação cidadã, o exercício consciente dos direitos e a participação ativa da sociedade na fiscalização da gestão pública.

**3.2.3.** A competição está em sua terceira edição e será realizada em quatro etapas: Escolar, Regional, Macrorregional e Estadual, no período previsto de março a junho de 2026. A etapa final (Estadual) ocorrerá em Fortaleza e resultará na produção de oito programas televisivos com caráter educativo e competitivo, nos quais as equipes finalistas se enfrentarão por meio de perguntas sobre os temas abordados durante o projeto. Esses programas serão exibidos em emissoras públicas e no canal Oficial do TCE Ceará no Youtube, ampliando a visibilidade, a transparência institucional e o engajamento cívico.

**3.2.4.** A contratação de empresa especializada, incluindo a locação de estúdio profissional com estrutura técnica e logística adequada, é essencial para assegurar a qualidade técnica, estética e operacional da etapa final da Olimpíada, considerando que a gravação exige ambiente controlado, infraestrutura específica e profissionais capacitados.

**3.2.5.** A utilização de estúdio devidamente equipado, com estrutura adequada, climatização, isolamento acústico, espaço cenográfico e recursos integrados, é fundamental para a qualidade da captação e a padronização dos episódios, o que não seria possível com estrutura interna da Administração ou em ambiente improvisado.

**3.2.6.** A contratação também assegura a prestação de todos os serviços necessários à execução completa dos programas, como captação de imagens em alta resolução, com múltiplas câmeras e operação simultânea, captação e tratamento profissional do áudio, com microfones, mesa de som e isolamento adequado, iluminação cênica e técnica compatível com padrões televisivos, montagem de cenário com elementos personalizados (bancadas, arquibancadas, painéis visuais), edição e finalização dos programas, com encerramento padronizados, vinhetas, trilhas sonoras, identidade visual institucional e recursos gráficos; entrega em formatos digitais compatíveis com plataformas de TV e internet, incluindo versões acessíveis; equipe técnica completa, para produção, direção de cena, arte, corte, operação de câmera, iluminação, som streaming e outros.

**3.2.7.** Do ponto de vista econômico e logístico, a contratação integrada da locação do espaço físico (estúdio) e da prestação dos serviços técnicos especializados representa uma solução eficiente, segura e vantajosa, evitando a dispersão contratual, reduzindo riscos operacionais e otimizando os recursos públicos.

**3.2.8.** A centralização da produção em ambiente profissional assegura não apenas maior qualidade do resultado, mas também cumprimento do cronograma proposto, com menor exposição a imprevisto e variações técnicas, além de garantir melhores condições de trabalho para as equipes envolvidas.





**3.2.9.** Diante do exposto, verifica-se que a presente contratação atende ao interesse público, ao princípio da eficiência administrativa a missão institucional do TCE Ceará, ao possibilitar a promoção da educação para o controle social, além de garantir a transparência, a participação cidadã e a valorização da gestão e fiscalização pública.

**3.2.9.1.** A não realização desta contratação inviabilizaria a execução da etapa final da III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas, resultando na perda dos investimentos pedagógicos e logísticos realizados nas etapas Escolar, Regional e Macrorregional.

**3.2.9.2.** Isto porque a Administração não dispõe, em seus quadros e patrimônio, de estúdio televisivo equipado com a infraestrutura técnica mínima exigida, tais como sistemas de iluminação cênica digital, captação 4K multicanal, sonorização profissional e painéis de LED curvos de alta resolução. Logo, a tentativa de execução direta por meios próprios resultaria em um produto de baixa qualidade técnica e estética, incompatível com os padrões de exibição em emissoras de TV e plataformas digitais, impedindo a disseminação do conteúdo educativo em emissoras públicas e meios digitais, anulando o alcance social da missão institucional do IPC.

**3.2.9.3.** Adicionalmente, a ausência de corpo técnico especializado em operações audiovisuais de alta complexidade nos quadros da Administração impediria a supervisão e a finalização do material nos padrões exigidos pelas emissoras de TV parceiras, tornando a solução externa a única via tecnicamente viável.

**3.2.9.4.** Além disso, o descumprimento do cronograma previamente acordado com a Secretaria da Educação (SEDUC) para junho de 2026 geraria um efeito de ociosidade na rede de ensino, desperdício de recursos públicos já empenhados na mobilização e frustração na expectativa de transparência e formação cidadã prometida pelo projeto.

**3.2.10.** Destaca-se, ainda, que a contratação está devidamente alinhada ao planejamento institucional e consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026 (ID nº 14).

## **4. DA PARTICIPAÇÃO**

### **4.1. Poderão participar da licitação:**

- a) microempresas e empresas de pequeno porte regularmente estabelecidas no país que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Termo de Referência;
- b) quaisquer empresas regularmente estabelecidas no país que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Termo de Referência;
- c) pessoas jurídicas em consórcio, observadas as normas constantes no art. 15 da Lei nº 14.133/2021;



d) Sociedade estrangeira, desde que possua cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

**4.2.** É vedada a participação de:

- a) pessoa jurídica que estejam em processo de falência;
- b) pessoa física ou jurídica que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**4.3.** A participação implica a aceitação integral dos termos deste Termo de Referência.

**4.4.** Para o presente certame, a participação e seleção de microempresas e empresas de pequeno porte obedecerá às disposições do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.4.1.** Considerando que o valor global estimado da contratação ultrapassa o limite legal de exclusividade para MEs e EPPs, previsto no Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, e diante da inviabilidade técnica de parcelamento do objeto, conforme detalhado no item 13 deste TR, não será adotada a licitação de exclusividade para ME/EPP.

**4.4.2.** A natureza indivisível da solução, que exige integração entre estúdio, captação técnica e edição final para garantir a identidade visual e a segurança dos participantes, afasta a possibilidade de reserva de cotas para MEs e EPPs, sob risco de prejuízo à economia de escala e à eficiência operacional.

**4.5.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

**4.5.1.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCE/CE responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## **5. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** A contratação deverá observar, de forma geral, as seguintes condições:

### **5.1.1. Da formulação do termo contratual.**

**5.1.1.1.** Será necessária a formalização de Contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/21.

**5.1.1.2.** O contrato administrativo conterá as cláusulas que assegurem o cumprimento integral das obrigações da contratada, nos termos dos arts. 89 a 92 da Lei nº 14.133/2021. As cláusulas deverão prever obrigações, responsabilidades, penalidades, formas de fiscalização, prazos de pagamento e critérios de aceite técnico.



### **5.1.2. Da vigência e duração do contrato**

**5.1.2.1.** O contrato decorrente desta licitação terá vigência inicial de 6 (seis) meses com início a partir da assinatura do contrato, com duração limitada ao prazo necessário para a completa execução do objeto contratado, observada a disponibilidade do respectivo crédito orçamentário, conforme disposto nos art. 105 e 111 da Lei nº 14.133/2021.

**5.1.2.2.** Por se tratar de contratação por escopo, com objeto definido, prazo certo e entrega única, o prazo de execução será de até **6 (seis) meses**, contados da data de emissão da ordem de início de execução, conforme cronograma estabelecido neste Termo de Referência

### **5.1.3. Da subcontratação e da garantia**

**5.1.3.1.** Não é permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços especificados neste Termo de Referência.

**5.1.3.1.1.** A subcontratação total ou parcial do objeto contratual não será permitida, tendo em vista as características técnicas e operacionais específicas dos serviços licitado, uma vez que a execução contratual envolve atividades interdependentes, incluindo a locação de estúdio profissional, captação audiovisual, edição, finalização, montagem de cenografia e entrega de produtos técnicos com padrões específicos de qualidade. Considerando a execução integrada, a fragmentação dessas atividades por meio de subcontratação comprometeria a unidade técnica da execução e a responsabilidade direta da contratada sobre a qualidade final dos produtos entregues. Ademais, poderia gerar inconsistência entre os componentes técnicos (captação, som, luz, edição), dificultando o controle de qualidade, uniformidade estética dos programas e cumprimento dos padrões exigidos. Além disso, o conteúdo audiovisual a ser produzido está vinculado a ação educativa de interesse público e institucional, com roteiros, imagens e materiais protegidos por direitos autorais e imagem, logo, a execução direta pela contratada evita a ampliação desnecessária do acesso a esses materiais, garantindo maior segurança quanto ao controle da informação e ao cumprimento das normas de uso e divulgação institucional. Por fim, evita-se repasses de encargos, sobrepreços e eventuais conflitos de responsabilidade entre diferentes prestadores, promovendo maior controle sobre prazos, custos e resultados.

**5.1.3.2.** Não haverá exigência de garantia da contratação do art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de simples contratação que não representa risco ou complexidade técnica relevante ou inovação específica que justifique a exigência de garantia de execução.

**5.1.3.3.** Regime de Execução: o contrato será executado sob o regime de empreitada por preço global, em atendimento ao disposto no artigo 6º, inciso XXIX da Lei nº 14.133/2021.

### **5.1.4. Condições Gerais sobre a Execução dos Serviços**

**5.1.4.1.** Para viabilizar a realização da fase final da III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas, será contratada empresa especializada na produção audiovisual, com comprovação técnica de experiência prévia em gravação e transmissão de programas de auditório. A produtora será responsável por:



a) Disponibilização de estúdio próprio ou locado, no município de Fortaleza/CE com infraestrutura profissional adequada para gravações em ambiente controlado, incluindo climatização, isolamento acústico e dimensões compatíveis com a cenografia e logística para a realização da III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas;

a.1) A exigência de que os serviços contratados, incluindo a disponibilização do estúdio de gravação, sejam executados no município de Fortaleza/CE justifica-se, inicialmente, em razão do regulamento e cronograma previamente estabelecerem a final na capital cearense. Ademais, por razões técnicas, logísticas e administrativas vinculadas à adequada execução do objeto. A fase final da Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas envolve a gravação de episódios com a participação presencial de estudantes da Rede Pública Estadual vindos de diferentes regiões do Estado do Ceará. Considerando que os participantes são adolescentes sob responsabilidade institucional, a centralização das gravações na capital do Estado otimiza o deslocamento desses participantes, reduzindo custos com logística e garantindo maior segurança aos estudantes. Além disso, a execução em Fortaleza viabiliza o acompanhamento presencial por parte das equipes técnicas do Instituto Plácido Castelo e do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, sem ônus excessivos ao Erário, facilitando a fiscalização contínua, a supervisão da montagem e da estrutura técnica do estúdio, bem como o ateste célere das entregas. A proximidade com os órgãos responsáveis e o cronograma previamente pactuado com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará também favorecem à gestão contratual eficiente. A medida contribui para a mitigação de riscos operacionais, permite respostas rápidas a eventuais intercorrências e assegura o cumprimento do padrão técnico exigido. Dessa forma, a exigência da execução do objeto em Fortaleza/CE está amparada no princípio da economicidade, sendo indispensável para execução segura do projeto.

b) Captação de imagens, sonorização, iluminação, cenografia, edição de vídeo, montagem de painéis de LED, instalação de televisores, uso de teleprompters e demais recursos técnicos audiovisuais, de acordo com padrões profissionais;

c) Fornecimento e operação de todos os equipamentos necessários à execução do objeto, inclusive itens de reserva técnica (*backup*), garantindo a continuidade dos trabalhos em caso de falha de equipamentos, bem como disponibilização de gerador de energia;

d) Disponibilização de equipe técnica completa e qualificada, composta, no mínimo, por: produtor executivo, diretor de cena, diretor de corte, operador de câmera, técnico de som, iluminador, editor de vídeo e operador de *streaming*, nos quantitativos suficientes para a operacionalização do serviço contratado;

e) Entrega final de 08 (oito) programas editados, com duração de aproximadamente 60 (sessenta) minutos cada, divididos em blocos, além de 10 (dez) vinhetas animadas em 2D, com duração entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) segundos cada;

f) Entrega de todo o material audiovisual finalizado em alta resolução (mínimo Full HD ou superior), em formato digital compatível com as plataformas de exibição previstas, como canais de TVs públicas e o canal oficial do TCE Ceará no YouTube, observando os requisitos de compactação e extensão de arquivo definidos pela equipe técnica.



f.1) O formato da entrega da mídia será definido pelo TCE/CE, dentro dos parâmetros utilizados no mercado e pelas plataformas digitais.

**5.1.4.2.** A execução observará o calendário previamente acordado com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), com gravações programadas, inicialmente, no mês de junho de 2026, correspondentes às quartas de final, semifinais, disputa de terceiro lugar e final da competição.

**5.1.4.2.1.** As datas da execução serão comunicadas quando da assinatura do contrato. Eventuais alterações das datas serão comunicadas previamente ao contratado, nos termos prescritos neste Termo de Referência.

**5.1.4.3.** É de responsabilidade exclusiva da contratada a gravação, edição e finalização dos programas audiovisuais, bem como pela produção das vinhetas animadas, do conteúdo audiovisual contratado, das etapas essenciais para a execução e divulgação do projeto, incluindo o gerenciamento de prazos e contingências operacionais.

#### **5.1.5. Forma de Execução do Contrato**

**5.1.5.1.** A contratação caracteriza-se como sendo por escopo, com entrega única e resultado previamente definido, conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

**5.1.5.2.** A execução compreende as seguintes etapas:

a) Disponibilização de estúdio profissional com no mínimo 220 m<sup>2</sup>, climatizado, com isolamento acústico, pé-direito mínimo de 6 metros, sala de apoio e infraestrutura técnica adequada, durante 3 (três) dias: sendo 1 (um) dia para montagem técnica e testes, bem como 2 (dois) dias para as gravações;

a.1) A montagem técnica deverá ser concluída até às 17h do dia destinado para esta finalidade. Após o horário mencionado, o estúdio e todas as funcionalidades para a execução do serviço descritos neste Termo de Referência deverão ficar disponíveis para a realização de testes por parte da equipe do TCE/CE, pelo tempo necessário para tanto.

b) Montagem, produção e operação de sistemas de:

- I. Sonorização, com microfones profissionais (lapela e de mão), mesa de som digital, gravação multicanal e monitoramento técnico em tempo real;
- II. Iluminação cênica, com refletores LED, *movings* e luzes difusas, com controle digital;
- III. Projeção, com painel LED curvo de, no mínimo, 8m x 4m e *media server* ou equipamento similar;
- IV. Comunicação e estrutura metálica de suporte para montagem e fixação dos equipamentos;



- c) Execução da captação de imagem e transmissão, com no mínimo 5 (cinco) câmeras 4K, sendo uma das câmeras para a tradução em libras, corte ao vivo, gravação sincronizada com *backup* e operação de *streaming*;
- d) Montagem da cenografia, incluindo bancadas, botoeiras automatizadas, saíotes de LED, arquibancadas, elementos visuais compatíveis com a identidade institucional do evento e demais recursos necessários para a realização dos programas;
- e) Gravação, edição e finalização de 08 (oito) programas com duração de 60 minutos cada, da III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas, nas datas dispostas no contrato (previstas inicialmente para o mês de junho de 2026), com inserção de trilhas sonoras, cartelas, vinhetas, abertura e encerramento padronizados, correção de cor, tratamento de áudio, legendas e inclusão de acessibilidade (legendas e LIBRAS, conforme requisitado);
- e.1) Deverão ser produzidas até 10 (dez) vinhetas animadas em 2D, com duração entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) segundos;
- e.2) as datas previstas para gravação poderão ser readequadas, mediante interesse público e necessidade administrativa;
- e.3) as novas datas serão comunicadas previamente à contratada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis antes do dia da montagem.
- e.3.1) as datas dependerão do calendário escolar dos participantes das Olimpíadas a ser definido em conjunto com a SEDUC.
- f) A gravação dos 8 (oito) programas será realizada em 2 (dois) dias. A cada turno será realizada a gravação de 2 (dois) programas.
- g) Apresentação de lista com a identificação (nome e documento de identidade) da equipe técnica e todas as pessoas que participarão da gravação dos programas nos dias pré-determinados. Esta lista deverá ser apresentada até o dia definido para a montagem do estúdio;
- h) Produção e organização do conteúdo em arquivos digitais, formatos compatíveis com TV e internet, a serem definidos pelo TCE/CE, podendo ser nos seguintes formatos: MP4 H.264, MOV, MXF ou outro disponível no mercado e entrega conforme detalhamento abaixo:
- h.1) As mídias editadas e finalizadas para exibição nas plataformas determinadas neste Termo de Referência deverão ser disponibilizadas ao Tribunal até às 12h00min do dia subsequente a cada dia da gravação.
- Exemplo: Caso a gravação de determinado programa ocorra no dia 10, independentemente do horário em que tenha sido realizada, as mídias correspondentes, devidamente editadas e finalizadas para exibição, deverão ser disponibilizadas ao Tribunal até às 12h00min do dia 11, observados os formatos e padrões técnicos exigidos.





h.2) A contratada deverá realizar a entrega final dos materiais audiovisuais produzidos, ou seja, aqueles para a guarda definitiva do Tribunal, em até 15 (quinze) dias úteis após a última data de gravação, observando as seguintes condições:

I. Todos os arquivos dos 08 programas e das 10 vinhetas deverão ser entregues em formato digital, compatível com plataformas de transmissão televisiva e digital (YouTube);

II. Os arquivos também deverão ser disponibilizados por link de download com acesso protegido e validade mínima de 01 (um) ano, a partir da data do recebimento definitivo, para arquivar em nuvem de propriedade do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, sem bloqueios de acesso;

III. Os arquivos deverão ser entregues em pastas nomeadas por episódio e com identificação das vinhetas;

IV. A entrega deve contemplar versões acessíveis dos episódios, quando requisitado, com legendas e janela de LIBRAS;

V. Relatório técnico descritivo das entregas realizadas e especificações dos arquivos.

**5.1.5.3.** A contratada será exclusivamente responsável pela disponibilidade do estúdio, de toda a infraestrutura técnica e dos profissionais exigidos durante o período de execução do objeto.

**5.1.5.4.** A ocorrência de qualquer falha operacional atribuível à contratada que resulte em cancelamento, atraso ou inviabilidade das gravações, especialmente aquelas que impactem os participantes previamente deslocados, será considerada inexecução contratual para fins de aplicação de sanções, nos termos dos arts. 156 a 158 da Lei nº 14.133/2021.

**5.1.5.5.** Caso a falha na execução, por culpa exclusivamente da contratada, acarrete prejuízos diretos à Administração Pública ou a terceiros, como gastos logísticos com deslocamento e hospedagem de participantes menores de idade, estes serão passíveis de ressarcimento integral por parte da contratada, mediante apuração em processo administrativo próprio, se for o caso.

**5.1.5.6.** A contratada deverá apresentar, previamente à execução e em até 2 (dois) dias antes do dia da montagem, um plano de contingência técnica, com:

- a) Relação de equipamentos de backup disponíveis;
- b) Alternativas para substituição de profissionais-chave
- c) Estratégia operacional de continuidade em caso de falha parcial;
- d) Indicação de responsável da contratada para comunicação de emergências, no caso de pane ou outros problemas que ocorrerem nos dias das gravações, devendo apresentar plano de contingência (como substitutos ou uso de backups) e tomar providências operacionais em nome da contratada.



**5.1.5.7.** A contratada deverá comunicar imediatamente (até 30 minutos que tiver conhecimento da falha) à fiscalização contratual qualquer intercorrência que possa comprometer o cumprimento do cronograma ou a segurança da execução, incluindo:

- a) Falta de energia elétrica, falhas estruturais ou de equipamento;
- b) Ausência de membros da equipe técnica;
- c) Dificuldades operacionais que exijam remanejamento logístico.

**5.1.5.7.1.** O prazo e a resolução dos eventuais problemas serão acordados com o gestor/fiscal do contrato.

**5.1.5.8.** A omissão ou atraso na comunicação será considerada descumprimento contratual com agravante de má-fé.

**5.1.5.9.** A contratada será responsável por manter o ambiente de gravação em condições adequadas à permanência segura dos adolescentes participantes, observando os princípios e dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em especial no que se refere à proteção, à integridade física e ao controle de acesso ao local.

**5.1.5.10.** A presença de pessoas não autorizadas durante a gravação é vedada. O descumprimento acarretará a rescisão contratual por infração grave, sem prejuízo da aplicação de outras sanções legais.

**5.1.5.11.** A contratada obriga-se a manter o mais absoluto sigilo sobre todas as informações, documentos, imagens, gravações, roteiros, dados de participantes, materiais técnicos e quaisquer outros elementos que venha a ter acesso em razão da execução contratual, inclusive após o término do contrato.

**5.1.5.11.1.** O sigilo mencionado no subtópico anterior deve ser observado especialmente quando da manipulação das perguntas e respostas utilizadas nos programas. A contratada e sua equipe técnica não poderão divulgar qualquer material relacionado às perguntas e respostas mencionadas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, incluindo responsabilização cível, administrativa e criminal.

**5.1.5.12.** É vedada a divulgação, reprodução, compartilhamento, publicação ou uso, sob qualquer forma ou meio, das imagens e conteúdos produzidos, sem a prévia e expressa autorização por escrito do TCE/CE, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato e na legislação vigente, incluindo responsabilização cível, administrativa e criminal.

**5.1.5.13.** A contratada deverá garantir que todos os seus empregados e prepostos estejam cientes e formalmente comprometidos com o cumprimento de todas as cláusulas contratuais e deste termo de referência, inclusive mediante termo de confidencialidade. Quando solicitado pela Administração, a contratada deverá apresentar os referidos termos.

**5.1.5.14.** As informações e gravações obtidas durante a execução do contrato não poderão ser utilizadas para fins promocionais, comerciais ou institucionais da empresa contratada, salvo mediante prévia autorização formal do TCE/CE.





**5.1.5.15.** Em caso de vazamento, exposição indevida ou uso indevido de qualquer informação protegida, a contratada responderá por todos os danos diretos e indiretos causados à Administração ou a terceiros, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

#### **5.1.6. Fiscalização e gestão contratual**

**5.1.6.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um servidor formalmente designado, por meio de portaria, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como pela Portaria nº 306/2024, que dispõe sobre a gestão e fiscalização dos contratos celebrados no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

**5.1.6.2.** O servidor mencionado no item anterior deverá:

- a) Verificar o cumprimento das obrigações técnicas assumidas pela contratada;
- b) Atestar a conformidade das entregas/execução do serviço com as especificações do Termo de Referência;
- c) Emitir relatórios de acompanhamento da execução e aceite das etapas, se necessário;
- d) Registrar falhas, inconsistências ou inadimplementos e recomendar aplicação de sanções, se cabível.
- e) Controlar o cronograma de execução dos serviços;
- f) Verificar documentos fiscais e exigências legais;
- g) Manter atualizados os registros de acompanhamento contratual.

**5.1.6.3.** O referido servidor será responsável por comunicar formalmente à contratada sobre ocorrências relevantes e analisar pedidos de reequilíbrio, alteração contratual, prorrogação, ou outras demandas da contratada, com apoio técnico, se houver.

**5.1.6.4.** A fiscalização observará o cronograma de execução e matriz de responsabilidade, e poderá ser complementada por relatórios, atas de reuniões e documentos comprobatórios das entregas.

**5.1.6.5.** A fiscalização do contrato não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela fiel execução do objeto contratado, inclusive quanto a eventuais vícios ocultos nas entregas.

### **5.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DA PROPOSTA**

**5.2.1.** A proposta de preços deverá apresentar descrição detalhada dos serviços, equipamentos e profissionais ofertados, demonstrando a compatibilidade com os valores praticados no mercado e com a natureza dos serviços. O detalhamento deve seguir, no mínimo, a estrutura do Quadro Técnico 01 e do item 5.1.5 e seus subitens deste Termo de Referência.

**5.2.2.** O critério de julgamento será o de menor preço global, conforme disposto no art. 33, I, da Lei nº 14.133/2021.

**5.2.2.1.** A adoção do critério de julgamento por menor preço global fundamenta-se no art. 34 da Lei nº 14133/2021, que estabelece que esse critério deve considerar o menor dispêndio para a Administração, desde que observados os parâmetros mínimos de qualidade definidos



no edital. No presente caso, o objeto (gravação, edição, finalização, entrega de programas e vinhetas audiovisuais, com locação de espaço) foi especificado com a exatidão técnica mínima necessária, incluindo infraestrutura, equipe profissional, formato de entrega e execução, de modo que os licitantes concorrerão com base exclusivamente no preço, visto que os requisitos mínimos estão previamente definidos. Ademais, o objeto é tecnicamente interdependente e de execução concentra, caracterizado pela indivisibilidade técnica e operacional, uma vez que as etapas estão interligadas de modo sequencial e complementar, não sendo viável sua divisão sem prejuízo à uniformidade da identidade visual, à coesão técnica e à integralidade do resultado. Sendo assim, o menor preço global assegura a integridade técnica do produto; possibilita a eficácia na gestão contratual; reduz os riscos e sobrecustos indiretos, além de prevenir retrabalhos, aumentando a economicidade da contratação, estando em conformidade com o art. 33, §2º, da Lei nº 14133/2021 que autoriza o julgamento pelo menor preço global quando a divisão do objeto comprometer a exequibilidade da contratação ou a economia de escala.

**5.2.3.** No valor ofertado deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos (tais como: mão de obra, equipamentos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, logísticos, administrativos) e demais despesas necessárias à completa e perfeita execução do objeto. Não será admitida a inclusão posterior de valores adicionais.

### **5.3. DA PROVA DE CONCEITO – VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA**

**5.3.1.** A Prova de Conceito tem por objetivo subsidiar a avaliação da capacidade técnica e estrutural da empresa licitante, permitindo à Administração verificar, de forma objetiva, a adequação dos recursos operacionais, humanos e tecnológicos da empresa ao objeto licitado.

**5.3.2.** A realização da Prova de Conceito com visita técnica obrigatória se justifica pela complexidade técnica, estética e operacional do objeto licitado, que envolve a produção de conteúdo audiovisual institucional com alto grau de exigência em termos de equipamentos especializados, qualidade do estúdio, da equipe técnica e identidade visual padronizada. Por se tratar de objeto com forte componente técnico e criativo, cuja avaliação não pode ser feita apenas por documentos ou declarações formais, à verificação presencial e prática das condições de execução é essencial para garantir: a aderência efetiva à proposta apresentada; a viabilidade concreta da execução; e a eficiência no gasto público, evitando contratações que resultem em entregas aquém das necessidades institucionais. A previsão da Prova de Conceito atende ao art. 17, §3º da Lei nº 14.133/2021, que permite a realização de verificação técnica na fase de julgamento da proposta.

**5.3.3.** A exigência encontra respaldo nos princípios do planejamento prévio, mitigação de riscos, eficiência, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos dos arts. 5º, 11 e 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**5.3.4.** A visita técnica será obrigatória para os licitantes classificados na fase de julgamento das propostas de preço, conforme o critério estabelecido no edital.

**5.3.5.** Será exigida a realização de Prova de Conceito com Visita Técnica obrigatória, exclusivamente ao licitante provisoriamente vencedor, conforme previsto no art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021.



**5.3.6.** A visita será agendada previamente com a equipe técnica do IPC/TCE-CE, por meio de comunicação oficial (podendo ser através de e-mail institucional). Ocorrerá nas instalações indicadas na proposta da empresa, em data e horário definidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

**5.3.6.1.** O TCE/CE informará a data da visita até 3 (três) dias úteis antes da data de sua realização.

**5.3.7.** O licitante poderá solicitar a remarcação da visita uma única vez, mediante justificativa prévia, por escrito, a ser encaminhada 01 (um) dia útil antes da visita agendada. Caso solicite mais uma remarcação, a licitante será desclassificada.

**5.3.8.** Durante a visita, serão avaliados os seguintes aspectos:

- a) Adequação do estúdio físico (metragem mínima, climatização, isolamento acústico);
- b) Condições e funcionamento dos equipamentos técnicos (câmeras, microfones, iluminação, painéis de LED, teleprompters etc.);
- c) Existência de estrutura funcional para pós-produção, edição e finalização;
- d) Presença da equipe técnica mínima exigida, qual seja: diretor de imagem e editor;
- e) Organização geral, sinalização, segurança e prontidão operacional.

**5.3.9.** Os itens a serem testados serão selecionados com base no Quadro 01 do item 3.1.2 deste Termo de Referência, sendo:

**5.3.9.1.** 03 (três) itens a serem comunicados com, no mínimo, 01 (um) dia útil antes da data de realização da visita;

**5.3.9.2.** 02 (dois) itens escolhidos aleatoriamente no momento da visita, para garantir imparcialidade e isonomia.

**5.3.10.** Após a visita técnica, no prazo de até 1 (um) dia útil, a empresa deverá apresentar, através de link seguro para download, com acesso sem restrição e por tempo indeterminado, um material demonstrativo da Prova de Conceito, produzido com base nos alinhamentos realizados durante a visita.

a) Esse material deverá evidenciar a capacidade técnica, estética e criativa da empresa em atender aos requisitos do objeto contratado, servindo de elemento complementar para a avaliação técnica da Administração.

b) O material demonstrativo a ser apresentado após a visita técnica, deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- i) Um vídeo de demonstração com duração mínima de 2 (dois) minutos, gravado nas instalações da licitante, com uso real dos equipamentos e cenário parcial, evidenciando qualidade de captação, iluminação, sonorização e direção de cena;



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

- ii) Inclusão de, pelo menos, 1 (uma) vinheta animada (em 2D ou estilo compatível), contendo elementos gráficos institucionais simulados, para demonstração de domínio técnico e capacidade de padronização visual;
  - iii) Testes de elementos gráficos adicionais, tais como cartelas, legendas, libras, trilhas e/ou efeitos de transição, aplicados ao conteúdo audiovisual produzido;
  - iv) Roteiro ou estrutura modelo de um episódio de um programa de auditório com as mesmas especificidades deste objeto, com divisão de blocos e descrição breve das fases;
  - v) Ficha técnica do material entregue, contendo informações sobre os profissionais envolvidos, equipamentos utilizados, softwares aplicados e formato final do arquivo;
  - vi) Declaração de que o conteúdo apresentado será de uso exclusivo da Administração para fins de avaliação técnica, não gerando direito de uso nem obrigação de contratação, salvo em caso de adjudicação.
- c) O não envio do material demonstrativo no prazo ou com os elementos mínimos exigidos implicará na reprovação automática da Prova de Conceito e, consequentemente, desclassificação.
- d) O material apresentado será utilizado exclusivamente para fins de avaliação técnica, não gerando qualquer direito de uso à Administração, salvo em caso de contratação, quando se aplicará a cláusula de cessão de direitos patrimoniais sobre o conteúdo produzido, conforme previsto neste Termo.
- 5.3.11.** A avaliação será realizada com base nos seguintes critérios objetivos, conforme checklist previamente aprovado pela Administração:

Critérios de avaliação de espaço físico e equipe técnica		
Item	Critério Técnico	Pontuação máxima
1	Adequação do estúdio	15 pontos
2	Qualidade e funcionamento dos equipamentos	15 pontos
3	Estrutura de pós-produção e edição	10 pontos
4	Disponibilidade e qualificação da equipe	10 pontos
5	Organização e prontidão operacional	10 pontos
Critérios de avaliação de espaço físico e equipe técnica		
Item	Critério Técnico	Pontuação máxima
6	Vídeo de demonstração	10 pontos
7	Vinheta animada	10 pontos
8	Elementos gráficos adicionais	10 pontos
9	Roteiro ou estrutura modelo de um episódio	10 pontos



Critérios de avaliação de espaço físico e equipe técnica		
Item	Critério Técnico	Pontuação máxima
	<b>TOTAL</b>	<b>100 pontos</b>

**5.3.12.** A pontuação foi mensurada de acordo com a complexidade e o impacto que o produto terá na execução do objeto.

**5.3.13.** Será considerada aprovada a empresa que atingir, no mínimo, 80 pontos (80%), sem zerar nenhum dos critérios.

**5.3.14.** Qualquer item selecionado que não for apresentado resultará em pontuação 0 (zero) e, conseqüentemente, desclassificação da empresa.

**5.3.15.** A visita será registrada em relatório técnico circunstanciado, elaborado por, no mínimo, dois servidores designados, contendo a descrição dos itens verificados, a pontuação atribuída e a conclusão motivada sobre a aprovação ou reprovação da Prova de Conceito. Esse relatório será parte integrante do processo licitatório.

**5.3.16.** A não realização da prova de conceito no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, será considerada recusa injustificada, sujeitando a empresa à desclassificação da licitação, com convocação do licitante subsequente.

**5.3.17.** A recusa ou a reprovação nesta etapa não gera direito à indenização, nem enseja qualquer responsabilidade da Administração Pública pelos custos incorridos pela licitante na preparação da prova.

**5.3.18.** Caso a empresa provisoriamente vencedora não seja aprovada na Prova de Conceito, ou caso a Prova de Conceito não seja realizada em razão de atraso ou qualquer outro motivo não justificado, será convocado o licitante subsequente, respeitando-se a ordem de classificação, para realizar o mesmo procedimento, até que se identifique proposta que atenda integralmente às exigências técnicas e operacionais.

## **5.4. DOS RECURSOS**

**5.4.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 30 minutos, imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**5.4.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do pregão.



**5.4.4.** Os demais licitantes ficarão intimados para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

**5.4.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**5.4.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

## **6. DEVERES DO CONTRATANTE**

**6.1.** Prestar ao FORNECEDOR todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento do TCE/CE, proporcionando ao FORNECEDOR todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto licitado, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.2.** Designar Gestor(es), por meio de portaria, que será(ão) responsável(eis) por acompanhar o fornecimento dos serviços pelo FORNECEDOR, a fim de fiscalizar e validar os procedimentos realizados, a conduta de execução e registrar eventuais irregularidades, podendo, em decorrência, solicitar providências do FORNECEDOR, que atenderá ou justificará de imediato:

**6.2.1.** O Gestor da Contratação comunicará, por escrito, ao FORNECEDOR toda e qualquer irregularidade encontrada na execução do fornecimento dos serviços.

**6.2.2.** O Gestor da Contratação pode sustar qualquer execução do serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida for necessária.

**6.3.** Atestar os serviços fornecidos conforme prazos estabelecidos, validando o atendimento nas especificações e entregas acordadas, autorizando os respectivos pagamentos ao FORNECEDOR nos valores, prazos e condições estabelecidas no contrato ou outro instrumento utilizado. O atesto somente ocorrerá após a verificação da conformidade técnica das entregas a serem realizadas.

**6.4.** Aplicar as penalidades previstas neste documento e/ou no contrato a ser firmado, mediante procedimento formal observado o contraditório e a ampla defesa, na hipótese de o FORNECEDOR não cumprir com o compromisso assumido, mantidas as situações normais de disponibilidade, arcando o FORNECEDOR com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Administração:

**6.4.1.** Notificar por escrito o FORNECEDOR acerca de aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**6.5.** Acompanhar os resultados do fornecimento dos serviços, atestar Nota(s) Fiscal(is), identificar e tratar irregularidades, caso ocorram.

**6.6.** Providenciar o correspondente empenho, sua liquidação e posterior pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente acompanhadas das certidões negativas, em até 30 (trinta)



dias corridos da data seguinte ao seu recebimento pelo TCE/CE, de acordo com as regras e condições estabelecidas no contrato:

**6.6.1.** Quando for o caso, relatórios de execução dos serviços deverão acompanhar as Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.7.** Solicitar formalmente, de forma tempestiva, qualquer alteração que possa impactar o fornecimento dos serviços pelo FORNECEDOR.

**6.8.** Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as anormalidades detectadas e comunicando as ocorrências/irregularidades ao FORNECEDOR para que sejam tempestivamente adotadas medidas corretivas.

## **7. DEVERES DO FORNECEDOR**

**7.1.** Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições conforme solicitadas, bem como realizar os serviços com qualidade, no prazo e local indicados pelo Instituto Plácido Castelo, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações dos produtos e serviços prestados.

**7.2.** Executar os serviços prezando pela organização, pontualidade e lisura, estando sujeitas às penalidades previstas em lei e neste Termo de Referência.

**7.3.** Executar os serviços com pessoas de qualificação profissionais adequadas, utilizando-se de equipamentos e materiais apropriados.

**7.4.** Obedecer a pauta elaborada pelo CONTRATANTE de acordo com cada etapa do serviço a ser executado

**7.5.** Manter os equipamentos e acessórios utilizados na prestação dos serviços em perfeitas condições de uso e de higiene.

**7.6.** Manter suas instalações físicas em perfeitas condições de uso, assegurando ao TCE, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar as instalações.

**7.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**7.8.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**7.9.** Substituir, quando possível, os produtos entregues com eventuais defeitos sem nenhum ônus adicional para este Tribunal.





**7.10.** Cumprir todas as obrigações constantes na licitação, seu anexo e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**7.11.** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega de cada serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**7.12.** Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os materiais após o evento.

**7.13.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão do fornecimento dos produtos e serviços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**7.14.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução fornecimento dos produtos (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

**7.15.** A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados, documentos e imagens a que tiver acesso em razão da execução do objeto, inclusive após o encerramento do contrato, não podendo divulgá-los ou utilizá-los sem autorização prévia, sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal.

**7.16.** É vedado à CONTRATADA utilizar, sem autorização expressa do TCE/CE, a marca, logotipo ou qualquer elemento de identidade institucional da CONTRATANTE em portfólios, redes sociais, publicidade ou qualquer outro meio de divulgação.

**7.17.** A CONTRATADA será integralmente responsável pelos atos de seus prepostos, empregados ou subcontratados, inclusive quanto a eventuais danos, omissões ou práticas irregulares no cumprimento das obrigações assumidas, nos termos do art. 121, da Lei nº 14.133/2021.

**7.18.** A CONTRATADA cede, de forma total, gratuita e definitiva, à CONTRATANTE, os direitos patrimoniais de autor sobre os conteúdos audiovisuais produzidos no âmbito do contrato, autorizando seu uso irrestrito em mídias físicas e digitais, nos termos da Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais).

## **8. CRONOGRAMA E ENDEREÇO DE ENTREGA**

**8.1.** Os produtos e serviços objeto deste Termo deverão ser executados no estúdio da empresa contratada ou locado pela empresa contratada, conforme a proposta aprovada, salvo justificativa técnica expressa e concordância formal da Administração. Os horários de execução serão definidos pelo Instituto Plácido Castelo (IPC/TCE-CE), com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, salvo motivo de urgência devidamente justificado.

**8.1.1.** Caso a gravação não possa ocorrer no local indicado na proposta, o novo local deverá ter, no mínimo, as mesmas qualidades e especificações do local previamente aprovado.





**8.1.2.** A alteração somente ocorrerá diante de justificativa e exposições dos motivos, além de exame técnico prévio das novas instalações por parte da Administração.

**8.2.** A CONTRATADA deverá comunicar, formalmente, ao Gestor/Fiscal do Contrato, qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento do cronograma de gravação, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data e horário previstos. A comunicação deverá estar acompanhada de justificativa e documentação comprobatória, sob pena de aplicação das sanções contratuais, caso não seja reconhecida como causa justificável pela Administração.

**8.2.1.** Durante a gravação, o prazo do item anterior é de 30 (trinta) minutos do conhecimento da ocorrência.

**8.3.** Nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados e imprevisíveis, a comunicação poderá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da ocorrência, acompanhada de relatório e documentação que justifique a impossibilidade de cumprimento da obrigação assumida.

**8.3.1.** A aceitação ou não da justificativa ficará a critério da Administração, com base na razoabilidade, boa-fé e interesse público. O não reconhecimento da causa impeditiva sujeita a CONTRATADA à aplicação das penalidades previstas na legislação e neste Termo.

#### **8.4. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**8.4.1.** Do recebimento provisório:

**8.4.1.1.** As mídias editadas e finalizadas para exibição, mencionadas no subitem h.1 do item 5.1.5.2 deste Termo de Referência, serão recebidas provisoriamente no ato da entrega dos arquivos digitais, mediante atesto do fiscal do contrato de seu recebimento.

**8.4.1.2.** As mídias finais descritas no subitem h.2 do item 5.1.5.2 serão recebidas provisoriamente no ato da entrega, mediante atesto do fiscal.

**8.4.2.** Do recebimento definitivo.

**8.4.2.1.** Em até 2 (dois) dias úteis, a Administração analisará as mídias mencionadas no subitem h.1 do item 5.1.5.2 deste Termo de Referência e, caso as entregas não estejam em conformidade com as especificações, a Administração poderá:

- a) Rejeitar total ou parcialmente as entregas;
- b) Solicitar ajustes, com novo prazo de até 2 (duas) horas, para reapresentação, podendo esse prazo ser prorrogado mediante apresentação de justificativa prévia da contratada, apresentado até 1 (um) hora antes do encerramento do prazo inicial.
- c) Aplicar sanções, nos termos da legislação vigente, deste Termo de Referência e do Instrumento Contratual.



**8.4.2.2.** Caso haja alterações, a Administração terá 02 (dois) dias úteis para emitir o recebimento definitivo.

**8.4.2.3.** Em até 15 (quinze) dias úteis, a Administração analisará as mídias finais descritas no subitem h.2 do item 5.1.5.2 e, caso as entregas não estejam em conformidade com as especificações, a Administração poderá:

- a) Rejeitar total ou parcialmente as entregas;
- b) Solicitar ajustes, com novo prazo de até 2 (dois) dias úteis, para reapresentação, podendo esse prazo ser prorrogado mediante apresentação de justificativa prévia da contratada, apresentado até 1 (um) dia útil antes do encerramento do prazo inicial.
- c) Aplicar sanções, nos termos da legislação vigente, deste Termo de Referência e do Instrumento Contratual.

**8.4.2.4.** Caso haja alterações, a Administração terá 10 (dez) dias úteis para emitir o recebimento definitivo.

**8.5.** O recebimento definitivo do objeto dar-se-á mediante verificação técnica da conformidade das entregas, por servidor especialmente designado, conforme os critérios do Termo de Referência. O recebimento será considerado definitivo somente após o atesto formal do fiscal do contrato, nos termos art. 140, da Lei 14.133/2021.

**8.6.** O pagamento à contratada somente será autorizado após o atesto técnico e administrativo da entrega integral do objeto, conforme previsto no contrato.

**8.7.** O recebimento dos produtos e serviços não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo sigilo, qualidade, solidez, segurança e funcionalidade dos produtos e serviços entregues, conforme previsto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021, incluindo eventuais vícios ocultos ou falhas que se manifestem posteriormente, nem excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

**8.8.** As comunicações entre o TCE/CE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

## **9. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**9.1.** Será exigido na liquidação que a CONTRATADA mantenha obrigatoriamente todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**9.2.** As liquidações e os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente deste Tribunal, através de servidor devidamente designado.



**9.3.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, CNPJ nº 09.499.757/0001-46 e acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual, Municipal ou Distrital;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- f) Outros documentos específicos previstos no edital ou no contrato, se houver.

**9.4.** O prazo constante no item 9.2. se inicia mediante apresentação da documentação e nota fiscal devidamente atestadas. Constatada qualquer divergência ou irregularidade na documentação ou na nota fiscal, esta será devolvida ao FORNECEDOR para as devidas correções, ficando o prazo interrompido até que a pendência seja sanada.

**9.5.** O atesto da Nota Fiscal pelo gestor somente ocorrerá após a entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços pela CONTRATADA.

**9.6.** Constatada qualquer divergência ou irregularidade na documentação, esta será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**9.7.** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, salvo decisão fundamentada da Administração.

**9.8.** No caso de atraso de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, e mediante pedido dela, serão devidos pelo TCE/CE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**9.9.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

**9.10.** O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, conforme Lei nº 15.241/2012.

**9.11.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**9.13.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.14.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**10.1.** O FORNECEDOR será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação na modalidade pregão eletrônico, com fundamento na hipótese do art. 6º, inciso XLI c/c art. 28, inciso I, todos da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

**10.2.** Exigências de habilitação. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**10.2.1.** A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional presentes no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **10.3. Habilitação jurídica**

**10.3.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**10.3.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.3.3.** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**10.3.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.3.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**10.3.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**10.3.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**10.3.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

**10.3.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.3.10. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**10.3.10.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**10.3.10.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**10.3.10.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**10.3.10.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**10.3.10.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.3.10.6.** Prova de regularidade com a Fazenda estadual, municipal ou, se for o caso, Distrital do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.3.10.7.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.4. Qualificação Econômico-Financeira**



**10.4.1.** Para fins de habilitação econômico-financeira, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

**10.4.1.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do LICITANTE nos termos do art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

**10.4.1.2.** Balanço Patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigível e apresentado na forma da lei.

**10.4.1.3.** Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social;

**10.4.2.** Os documentos exigidos na Condição anterior deverão comprovar:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

b) Patrimônio Líquido não inferior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicaf, for igual ou inferior a 1.

c) O percentual de 5% foi fixado com base na análise de risco moderado da contratação e visa garantir a execução integral do objeto, sem restringir de forma desproporcional a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme orientação do TCU.

d) A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

**10.4.3.** Os documentos referidos no item 10.4.1.2 poderão limitar-se ao último exercício social, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**10.4.4.** Os demonstrativos contábeis exigidos deverão ser assinados por contador regularmente habilitado, acompanhado do número de registro no respectivo Conselho Profissional e da declaração expressa do responsável técnico atestando a veracidade e conformidade dos índices informados.

**10.4.5.** Para empresas constituídas no mesmo exercício financeiro da licitação, será admitida a apresentação do balanço de abertura, nos termos do art. 27 da Lei nº 14.133/2021.

**10.4.6.** Serão aceitos documentos contábeis elaborados na forma digital, transmitidos ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, observando-se os limites e critérios definidos pela Receita Federal do Brasil para obrigatoriedade da Escrituração Contábil Digital (ECD).

**10.4.7.** Em conformidade com o caput do art. 1.179 do Código Civil, com o art. 27 da Lei Complementar nº 123/2006 e com os arts. 63 e 71 da Resolução CGSN nº 140/2018, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, as microempresas (ME) e as empresas





de pequeno porte (EPP) deverão apresentar o Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis. Ressalte-se que a prerrogativa do Livro Caixa e a dispensa contábil prevista no § 2º do art. 1.179 do Código Civil, conforme o parágrafo único do art. 71 da Resolução CGSN nº 140/2018, não são aplicáveis às ME e às EPP e, portanto, a não apresentação dos referidos documentos ensejará a inabilitação.

### 10.5. Qualificação Técnica

**10.5.1.** Para fins de **qualificação técnico-operacional**, deverão ser apresentados:

a) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

a.1) Essa declaração poderá ser substituída por declaração assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades envolvidas na execução do objeto contratado.

b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante apresentação de certidões ou atestados, que se dará da seguinte forma:

b.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, deverá ser apresentado:

i) no mínimo, 01 (um) atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante;

ii) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas: gravação em estúdio profissional; edição com vinhetas, trilhas, identidade visual e recursos gráficos;

iii) período mínimo de execução do referido serviço em 01 (um) dia, de pelo menos 01 (um) evento ou execução de gravação ou produção audiovisual em evento ou atividade similar;

iv) informação de que o serviço foi executado de forma satisfatória, com cumprimento das obrigações contratuais e sem ressalvas.

c) os serviços poderão estar distribuídos em diversos atestados ou certidões de capacidade técnica, não se exigindo que todos sejam prestados a uma única pessoa jurídica de direito público ou privado. No entanto, cada um deles deve ser prestado ou ter sido prestado para o quantitativo mínimo especificado, admitida a soma de documentos para a comprovação mínima.

d) A exigência de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica contemplando atividades de gravação em estúdio profissional e edição de conteúdo audiovisual com utilização de vinhetas, trilhas, identidade visual e recursos gráficos justifica-se pelo fato de tais atividades constituírem etapas essenciais e indissociáveis da execução do objeto contratado, que envolve a produção e edição de material audiovisual para registro e divulgação de eventos institucionais. Nesse contexto, a comprovação de experiência prévia nessas atividades visa assegurar que a empresa licitante possua estrutura técnica, capacidade operacional e domínio das ferramentas necessárias à adequada prestação dos serviços, reduzindo riscos de execução inadequada e garantindo a qualidade técnica do produto final. Ademais, a previsão de



comprovação por evento ou atividade similar busca preservar a competitividade, possibilitando a demonstração da experiência e, serviços equivalentes no mercado.

10.5.2 Para fins de comprovação da **qualificação técnico-profissional**, a licitante deverá demonstrar que dispõe de profissional(is) com experiência compatível com o objeto da contratação, responsável(is) pela execução ou supervisão técnica dos serviços de produção, gravação e edição audiovisual.

10.5.2.1 A comprovação da experiência profissional deverá ser realizada mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome do profissional, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) sua participação na execução de serviços de produção audiovisual, gravação, captação de imagem e/ou edição de vídeo ou atividades similares, compatíveis em características com o objeto da contratação.

10.5.3.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) indicar que o profissional participou da execução de atividades relacionadas à produção, gravação, captação de imagens, edição de conteúdo audiovisual ou funções equivalentes, demonstrando experiência na realização de serviços semelhantes ao objeto deste Termo de Referência.

10.5.3.3 A licitante deverá apresentar documentação que comprove o vínculo do profissional com a empresa, admitindo-se, para esse fim, a apresentação de um dos seguintes documentos:

- I – contrato social, quando o profissional for sócio da empresa;
- II – carteira de trabalho ou ficha de registro de empregado;
- III – contrato de prestação de serviços firmado entre o profissional e a licitante; ou
- IV – declaração de compromisso de vinculação futura do profissional à empresa, no caso de a licitante vir a ser contratada.

10.5.3.4 O(s) profissional(is) indicado(s) para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional deverá(ão) participar efetivamente da execução ou supervisão técnica dos serviços contratados, admitida sua substituição por profissional de qualificação equivalente ou superior, mediante prévia aprovação da Administração.

10.5.3.5. Os atestados apresentados deverão referir-se a serviços executados no âmbito da atividade profissional compatível com o objeto da contratação, podendo ser apresentados um ou mais documentos para comprovação da experiência requerida.

**10.5.3.** Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa, independentemente de qual unidade firmar o contrato.

**10.5.4.** O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, documentação que comprove a legitimidade dos atestados, incluindo cópia do contrato que lhes deu origem, endereço atualizado do contratante e local de execução dos serviços.

**10.5.5.** Os atestados deverão se referir a serviços executados dentro da atividade econômica principal ou secundária prevista no contrato social da empresa.

**10.6.** Das condições gerais de apresentação dos documentos de habilitação





**10.6.1.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

**10.6.2.** As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

**10.6.3.** Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**10.6.4.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**10.6.5.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.6.5.1.** O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

**10.6.5.2.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

**10.6.5.3.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Agente de Contratação convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**10.6.5.4.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

**10.6.5.5.** Após a entrega da documentação para habilitação, documentos adicionais, relacionados ou não com os já disponibilizados ao Agente de Contratação, somente serão aceitos em sede de diligência e desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Houve erro no envio ou juntada no momento oportuno;
- b) Os documentos embora existentes na data da abertura do certame, não foram disponibilizados tempestivamente.
- c) Comprovam condição pré-existente à data da sessão de abertura do certame;



d) Não alteram substancialmente a proposta, os documentos de habilitação e sua validade jurídica, de forma a comprometer a integridade de documento ou informação tempestiva e válida recebida anteriormente.

e) O saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica será efetuado pelo Agente de Contratação, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **11. SANÇÕES**

**11.1.** Conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/21, cometerá infração administrativa o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** O cometimento das infrações listadas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante procedimento administrativo e garantida a prévia defesa e ainda segundo critérios de adequada dosimetria, aplicar as seguintes sanções:



**11.2.1.** Advertência, sendo aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**11.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 (alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**11.2.4.** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) em razão das horas de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitado ao período 2h (duas horas) a título de multa de mora.

**11.2.4.1.** Multa moratória de 0,7% (sete décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, com um teto máximo de 2% (dois por cento), em caso de descumprimento do prazo estabelecido para apresentação, complementação ou reposição da garantia.

**11.2.4.2.** Atrasos superiores a 20 (vinte) dias poderão levar a Administração a extinguir o contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o disposto no inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

**11.2.5.** Multa compensatória, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, observado os seguintes parâmetros:

**11.2.5.1.** Multa compensatória, para infrações listadas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, variando até 0,8% do valor do contrato.

**11.2.5.2.** Multa compensatória, para a inexecução parcial do contrato conforme a alínea “a” do subitem 11.1, variando de até 5% do valor do contrato.

**11.2.5.3.** Para a infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de até 10% do valor do contrato.

**11.2.5.4.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de até 20% do valor do contrato.



**11.2.5.5.** Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 11.1, a multa será de até 30% do valor do contrato, excetuadas as seguintes infrações:

**11.3.** As sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 11.2.5.

**11.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.5.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.6.** No caso de aplicação de sanções, serão adotadas providências no sentido de informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade nos cadastros pertinentes.

**11.7.** A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

**11.8.** É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**11.8.1.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**11.8.2.** Pagamento da multa;

**11.8.3.** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**11.8.4.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**11.8.5.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item

**11.8.5.1.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**11.9.** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.

**11.10.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.



**11.11.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei n.º 14.133/2021).

**11.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

**11.13.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

## **12. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

**12.1.** As PARTES envolvidas no processo, por si e por seus colaboradores, obrigar-se-ão, sempre que aplicável, a atuar na presente contratação em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física (“Titular”) identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

**12.2.** As PARTES, incluindo todos os seus colaboradores, devem se comprometer a tratar todos os Dados Pessoais que tiverem acesso como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição do CONTRATANTE.

**12.3.** As PARTES devem adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para assegurar a proteção de dados que tiver acesso (nos termos do artigo 46 da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD), de modo a garantir um nível apropriado de segurança aos dados pessoais tratados e mitigar possíveis riscos.

**12.4.** As PARTES deverão manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado para o tratamento de Dados Pessoais seja estruturado de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

## **13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

**13.1.** As etapas do serviço são técnica e logicamente integradas, demandando: padronização visual e estética (vinhetas, trilhas, blocagem, identidade institucional); sincronia entre captação, direção, iluminação e cenografia; ajuste técnico em tempo real, não sendo possível separar etapas sem risco de incompatibilidade. Dessa forma, a fragmentação do objeto aumentaria a probabilidade de falhas operacionais, incoerência visual e atrasos na entrega final.

**13.2.** Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do



parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, considerando as seguintes premissas:

- a) Homogeneidade da Solução: O objeto envolve uma entrega final única e integrada, composta pela gravação, direção de cena, iluminação, cenografia, sonorização, captação audiovisual, edição, finalização e entrega digital de 8 (oito) programas audiovisuais completos. A fragmentação contratual comprometeria a coerência técnica, estética e narrativa do projeto, essencial à identidade visual institucional da olimpíada.
- b) Viabilidade Técnica e Econômica: A execução integrada por uma única empresa especializada possibilita gestão unificada, padronização de linguagem e controle centralizado da qualidade técnica, o que reduz riscos de incompatibilidade entre etapas e falhas na entrega.
- c) Economia de Escala: A contratação global evita retrabalho, sobreposição de funções, divergência entre fornecedores e encargos logísticos adicionais, maximizando o aproveitamento dos recursos humanos e materiais com maior vantajosidade econômica para a Administração.
- d) Padrão de Qualidade e Responsabilidade Única: A concentração da execução em um único fornecedor garante responsabilidade contratual integral sobre todas as etapas do projeto, facilitando o acompanhamento, a fiscalização e a responsabilização em caso de falhas ou inadimplemento.

**13.3.** Além disso, alguns componentes críticos para a realização do projeto, como estrutura de estúdio, geradores de energia, sistemas de gravação redundantes (backups), painéis de LED, logística de montagem e desmontagem, e apoio técnico completo, estão integrados na solução técnica ofertada. Isso reforça a inviabilidade de separação contratual, inclusive sob risco de prejuízo à funcionalidade do objeto.

**13.4.** Ao consultar o mercado, observou-se que as empresas especializadas neste tipo de serviço atuam com solução integrada, ou seja, oferecem estrutura, pessoal técnico, equipamentos e entrega final conjunta. Não há prática corrente de prestação fracionada com níveis distintos de fornecedores para partes do objeto (cenografia, streaming, edição etc.). Isso reforça a inviabilidade prática e mercadológica do parcelamento.

**13.5.** Dessa forma, a Administração justifica, de forma técnica e legal, a adoção do modelo de empreitada por preço global, com fornecimento de solução completa por um único fornecedor, garantindo eficiência, economicidade, padronização da qualidade e efetividade no resultado final, da “III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas”.

## **14. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

**14.1.** Em alinhamento com as práticas sustentáveis previstas na Resolução Administrativa nº 03/2019, que institui a Política de Sustentabilidade do TCE Ceará e cria o Selo TCE Ceará Sustentável, atualizada pela Resolução Administrativa nº 15/2022, a contratação dos serviços de produção audiovisual será orientada por critérios de responsabilidade socioambiental.



**14.2.** Sempre que possível, será priorizada a contratação de produtoras que adotem práticas sustentáveis, tais como:

- a) utilização de equipamentos com menor consumo de energia e tecnologias mais eficientes;
- b) gestão responsável de resíduos gerados durante o processo de produção e montagem;
- c) preferência por fornecedores que reduzam o uso de materiais descartáveis, como copos plásticos e embalagens de uso único;
- d) reaproveitamento de materiais cenográficos e estruturas modulares, reduzindo desperdícios;
- e) utilização de fontes alternativas de energia, como geradores silenciosos e de menor impacto ambiental, quando aplicável.

**14.3.** A adoção dessas práticas contribui para a redução dos impactos ambientais, reforçando o compromisso do IPC/TCE-CE com a promoção da sustentabilidade em suas ações institucionais.

**14.4.** Salienta-se que a presente contratação encontra-se em estrita consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especificamente no que tange aos seguintes objetivos e metas:

- a) **ODS 4 – Educação de Qualidade:** O objeto a ser contratado contribui para assegurar uma educação inclusiva e equitativa ao promover o engajamento de estudantes e professores da rede pública em torno de temas de cidadania e controle social. A produção audiovisual profissional garante que o conhecimento gerado atinja um público amplo e diverso, fomentando a aquisição de competências necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável (Meta 4.7).
- b) **ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes:** A contratação fortalecerá a transparência institucional e o acesso público à informação ao divulgar conteúdos educativos sobre a fiscalização das contas públicas em canais de comunicação aberta. A iniciativa estimula a tomada de decisão participativa e o combate à corrupção, auxiliando no desenvolvimento de instituições mais eficazes e responsáveis (Metas 16.5, 16.6 e 16.10).

## 15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias informadas pela Gerência de Execução Orçamentária e Contábil (GE-OC):

DOTAÇÃO		
AÇÃO	FONTE	NATUREZA





TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

DOTAÇÃO		
AÇÃO	FONTE	NATUREZA
20985 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - IPC	500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Setor demandante: *Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.*



## ANEXO II

### MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO N.º \_\_\_\_\_/2026, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL  
DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ  
(TCE/CE) E A EMPRESA \_\_\_\_\_,  
PARA O FIM QUE NELE SE  
DECLARA.**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.499.757/0001-46, sediado na Rua Sena Madureira, n.º 1047, Centro, Fortaleza/CE, neste ato representado por sua Secretária de Administração, Sra. Silvânia de Oliveira Chaves Brilhante, em virtude de delegação de competência outorgada pela Portaria n.º 132/2024, publicada no Diário Oficial do TCE/CE em 01/03/2024, e a empresa \_\_\_\_\_, doravante designada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Fortaleza/CE, CEP \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_.xxx.xxx-\_\_, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

**1.1.** O presente Contrato fundamenta-se:

**1.1.1.** Nas determinações estabelecidas na Lei n.º 14.133/2021;

**1.1.2.** Nos preceitos de direito público; e

**1.1.3.** Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

**2.1.** O cumprimento do presente Contrato vincula-se ao que consta:

**2.1.1.** Edital do Pregão Eletrônico n.º 2/2026-TCE/CE e seus anexos;

**2.1.2.** Nos termos da Proposta firmada pela **CONTRATADA** que, simultaneamente:

**a)** Constem no Processo Administrativo n.º 00304/2026-0;

**b)** Não contrariem o interesse público.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

**3.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual profissional, compreendendo a gravação, edição e



finalização de programas televisivos inéditos da “III Olimpíada de Controle Social das Contas Públicas”, incluindo a disponibilização de estúdio profissional com infraestrutura completa necessária à execução das atividades, conforme as condições, especificações e quantidade constantes no Termo de Referência, Anexo do Edital do Pregão Eletrônico n.º 2/2026-TCE/CE, que passa a integrar este Contrato, independente de transcrição.

**3.1.2.** A execução do objeto deverá contemplar, além das condições e obrigações resultantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, aquelas previstas no Termo de Referência, em especial os itens 3.1; 5.1.4 e 5.1.5.

**3.2.** As características e os requisitos técnicos completos do objeto do presente contrato estão detalhados no Termo de Referência, sendo vinculativas às partes, conforme definido na Cláusula Segunda deste Contrato.

**3.3.** A **CONTRATADA** declara que sua proposta, vencedora do Pregão Eletrônico n.º 2/2026-TCE/CE, contempla todos os elementos necessários à execução do objeto, não podendo alegar durante a execução deste Contrato, a falta de algum elemento necessário à perfeita execução do objeto contratado.

**3.4.** Na execução do objeto da presente contratação, a parte **CONTRATADA** deverá observar estritamente todas as especificações técnicas, metodológicas, condições e prazo fixados no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**4.1.** A execução do objeto do presente contrato será segundo o regime de **empreitada por preço global**, em atendimento ao disposto no art. 6º, inc. XXIX, c/c art. 46 da Lei n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**6.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação do art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**7.1.** O presente Contrato terá vigência inicial de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com duração limitada ao prazo necessário para a completa execução do objeto contratado, observada a disponibilidade do respectivo crédito orçamentário, conforme disposto nos arts. 105 e 111 da Lei n.º 14.133/2021.

**7.2.** Por se tratar de contratação por escopo, com objeto definido, prazo certo e entrega única, o prazo de execução do objeto contratual será de até 6 (seis) meses, contados da data de



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

emissão da ordem de início de execução, conforme cronograma estabelecido no Termo de Referência.

**7.3.** A Administração poderá, justificadamente, prorrogar a vigência contratual nos termos do art. 111 da Lei n.º 14.133/2021, desde que tal prorrogação seja necessária à conclusão do objeto originalmente pactuado, exceto nas situações em que se comprovem responsabilidades da CONTRATADA.

**7.4.** A prorrogação do contrato deve ser formalizada por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR**

**8.1.** O valor global do presente Contrato é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ reais), conforme proposta da CONTRATADA.

**8.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro ou quaisquer outros gastos não especificados, necessários ao perfeito cumprimento das obrigações constantes na contratação.

## **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

**9.1.** Os valores iniciais do contrato firmado são fixos e irrevogáveis pelo prazo de um ano contados da data do orçamento estimado, cuja realização se deu em 6/3/2026.

**9.2.** Os valores iniciais poderão ser reajustados para as obrigações iniciadas e concluídas após a decorrência da anualidade exposta no item anterior.

**9.3.** Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.3.1.** Os preços contratuais serão reajustados com base no índice IPCA, ou, na falta deste, pelo IGP-M, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do §3º do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021, salvo na hipótese de inexecução do objeto no prazo estipulado, comprovadamente, por falha da **CONTRATADA**.

**9.3.2.** Apurada a variação do índice nos termos do item 9.3.1, aplica-se esse percentual sobre o valor do presente contrato.

**9.3.3.** O cálculo do reajuste poderá ser feito utilizando-se a ferramenta do Banco Central do Brasil denominada “Calculadora do Cidadão”, disponível no seguinte endereço: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>.

**9.4.** Caso os índices acima venham a ser extintos ou, de qualquer forma, não possam mais ser utilizados, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor à época;



**9.5.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento indicado no item 9.3.1, o reajuste será calculado pela última variação conhecida, e a diferença correspondente será liquidada tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**9.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.

**9.7.** O reajuste deverá ser precedido de solicitação da **CONTRATADA**, por escrito e encaminhado ao fiscal/gestor do contrato, observado o prazo, o limite máximo e a variação do índice constantes nesta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao reajuste.

**9.7.1.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a **CONTRATADA** deverá realizar o pedido considerando o exposto do item 9.5. Quando divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s), a **CONTRATADA** deverá encaminhar novo pedido informando a divulgação e solicitando a liquidação da diferença correspondente, qualquer que seja o valor do índice.

**9.8.** Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto contrato.

**9.9.** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições conforme solicitado, bem como realizar os serviços com qualidade, no prazo e local indicados pelo **CONTRATANTE**, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta da empresa, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações dos produtos e serviços prestados.

**10.2.** Executar os serviços prezando pela organização, pontualidade e lisura, estando sujeitas às penalidades previstas em lei e neste contrato, bem como no Termo de Referência.

**10.3.** Executar os serviços com pessoas de qualificação profissionais adequadas, utilizando-se de equipamentos e materiais apropriados.

**10.4.** Obedecer à pauta elaborada pelo **CONTRATANTE** de acordo com cada etapa do serviço a ser executado.

**10.5.** Manter os equipamentos e acessórios utilizados na prestação dos serviços em perfeitas condições de uso e de higiene.

**10.6.** Manter suas instalações físicas em perfeitas condições de uso, assegurando ao **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, o direito de fiscalizar as instalações.

**10.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).



**10.8.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**10.9.** Substituir, quando possível, os produtos/serviços entregues com eventuais defeitos sem nenhum ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

**10.10.** Cumprir todas as obrigações constantes no Edital da licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**10.11.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega de cada serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**10.12.** Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os materiais após o evento.

**10.13.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão do fornecimento dos produtos e serviços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

**10.14.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços.

**10.15.** Manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados, documentos e imagens a que tiver acesso em razão da execução do objeto, inclusive após o encerramento do contrato, não podendo divulgá-los ou utilizá-los sem autorização prévia, sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal.

**10.15.1.** É vedado a **CONTRATADA** utilizar, sem autorização expressa do **CONTRATANTE**, a marca, logotipo ou qualquer elemento de identidade institucional do **CONTRATANTE** em portfólios, redes sociais, publicidade ou qualquer outro meio de divulgação.

**10.16.** Responsabilizar-se integralmente pelos atos de seus prepostos, empregados, inclusive quanto a eventuais danos, omissões ou práticas irregulares no cumprimento das obrigações assumidas, nos termos do art. 121, da Lei n.º 14.133/2021.

**10.17.** Ceder, de forma total, gratuita e definitiva, à **CONTRATANTE**, os direitos patrimoniais de autor sobre os conteúdos audiovisuais produzidos no âmbito deste Contrato, autorizando seu uso irrestrito em mídias físicas e digitais, nos termos da Lei n.º 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais).

**10.18.** Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, de acordo com os níveis e padrões exigidos pelo **CONTRATANTE**, em observância às boas práticas, cumprindo as exigências contidas no Edital, e seus anexos, bem como no neste Contrato obedecendo a legislação vigente que regula esse tipo de objeto contratado.



**10.19.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.20.** Manter seus dados cadastrais atualizados perante o **CONTRATANTE**, incluindo endereço físico e eletrônico, devendo comunicar imediatamente ao TCE/CE qualquer alteração nesses dados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**11.1.** Prestar à **CONTRATADA** todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento do **CONTRATANTE**, proporcionando à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei n.º 14.133/2021.

**11.2.** Designar Gestor(es), por meio de Portaria, que será(ão) responsável(eis) por acompanhar a prestação dos serviços pela **CONTRATADA**, a fim de fiscalizar e validar os procedimentos realizados, a conduta de execução e registrar eventuais irregularidades, podendo, em decorrência, solicitar providências da **CONTRATADA**, que atenderá ou justificará de imediato:

**11.2.1.** O gestor/fiscal do Contrato comunicará, por escrito, a **CONTRATADA** toda e qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

**11.2.2.** O gestor/fiscal do Contrato pode sustar qualquer execução do serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida for necessária.

**11.3.** Atestar os serviços fornecidos conforme prazos estabelecidos, validando o atendimento nas especificações e entregas acordadas, autorizando os respectivos pagamentos à **CONTRATADA** nos valores, prazos e condições estabelecidas neste Contrato. O atesto somente ocorrerá após a verificação da conformidade técnica das entregas a serem realizadas.

**11.4.** Aplicar as penalidades previstas neste Contrato, bem com os previstos no Termo de Referência, mediante procedimento formal, observado o contraditório e a ampla defesa, na hipótese de a **CONTRATADA** não cumprir com o compromisso assumido, mantidas as situações normais de disponibilidade, arcando a **CONTRATADA** com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Administração:

**11.4.1.** Notificar por escrito a **CONTRATADA** acerca de aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**11.5.** Acompanhar os resultados da prestação dos serviços, atestar Nota(s) Fiscal(is), identificar e tratar irregularidades, caso ocorram.

**11.6.** Providenciar o correspondente empenho, sua liquidação e posterior pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas devidamente acompanhadas das certidões negativas, em até 30 (trinta) dias corridos da data seguinte ao seu recebimento pelo **CONTRATANTE**, de acordo com as regras e condições estabelecidas neste Contrato:





**11.6.1.** Quando for o caso, relatórios de execução dos serviços deverão acompanhar as Notas Fiscais e/ou Faturas.

**11.7.** Solicitar formalmente, de forma tempestiva, qualquer alteração que possa impactar a prestação dos serviços pela **CONTRATADA**.

**11.8.** Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as anormalidades detectadas e comunicando as ocorrências/irregularidades a **CONTRATADA** para que sejam tempestivamente adotadas medidas corretivas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO DO SERVIÇO/OBJETO (CRONOGRAMA E ENDEREÇO DE ENTREGA)**

**12.1.** Os produtos e serviços objeto deste Contrato, bem como no Termo de Referência deverão ser executados no estúdio da **CONTRATADA** ou locado pela **CONTRATADA**, conforme a proposta aprovada, salvo justificativa técnica expressa e concordância formal da **CONTRATANTE**. Os horários de execução serão definidos pelo Instituto Plácido Castelo (IPC/TCE-CE), com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, salvo motivo de urgência devidamente justificado.

**12.1.1.** Caso a gravação não possa ocorrer no local indicado na proposta, o novo local deverá ter, no mínimo, as mesmas qualidades e especificações do local previamente aprovado.

**12.1.2.** A alteração somente ocorrerá diante de justificativa e exposições dos motivos, além de exame técnico prévio das novas instalações por parte do **CONTRATANTE**.

**12.2.** A **CONTRATADA** deverá comunicar, formalmente, ao gestor/fiscal do Contrato, qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento do cronograma de gravação, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data e horário previstos. A comunicação deverá estar acompanhada de justificativa e documentação comprobatória, sob pena de aplicação das sanções contratuais, caso não seja reconhecida como causa justificável pelo **CONTRATANTE**.

**12.2.1.** Durante a gravação, o prazo do item anterior é de 30 (trinta) minutos do conhecimento da ocorrência.

**12.3.** Nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados e imprevisíveis, a comunicação poderá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da ocorrência, acompanhada de relatório e documentação que justifique a impossibilidade de cumprimento da obrigação assumida.

**12.3.1.** A aceitação ou não da justificativa ficará a critério do **CONTRATANTE**, com base na razoabilidade, boa-fé e interesse público. O não reconhecimento da causa impeditiva sujeita a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades previstas na legislação e neste contrato, bem como no Termo de Referência.

**12.4. Do recebimento provisório:**



**12.4.1.** As mídias editadas e finalizadas para exibição, mencionadas no subitem h.1 do item 5.1.5.2 do Termo de Referência, serão recebidas provisoriamente no ato da entrega dos arquivos digitais, mediante atesto do fiscal do contrato de seu recebimento.

**12.4.1.1.** As mídias finais descritas no subitem h.2 do item 5.1.5.2 do Termo de Referência serão recebidas provisoriamente no ato da entrega, mediante atesto do fiscal.

## **12.5. Do recebimento definitivo.**

**12.5.1.** Em até 2 (dois) dias úteis, a Administração analisará as mídias mencionadas no subitem h.1 do item 5.1.5.2 do Termo de Referência e, caso as entregas não estejam em conformidade com as especificações, a Administração poderá:

- a) Rejeitar total ou parcialmente as entregas;
- b) Solicitar ajustes, com novo prazo de até 2 (duas) horas, para reapresentação, podendo esse prazo ser prorrogado mediante apresentação de justificativa prévia da contratada, apresentado até 1 (um) hora antes do encerramento do prazo inicial.
- c) Aplicar sanções, nos termos da legislação vigente, do Termo de Referência e deste Instrumento Contratual.

**12.5.2.** Caso haja alterações, a Administração terá 02 (dois) dias úteis para emitir o recebimento definitivo.

**12.5.3.** Em até 15 (quinze) dias úteis, a Administração analisará as mídias finais descritas no subitem h.2 do item 5.1.5.2 do Termo de Referência e, caso as entregas não estejam em conformidade com as especificações, a Administração poderá:

- a) Rejeitar total ou parcialmente as entregas;
- b) Solicitar ajustes, com novo prazo de até 2 (dois) dias úteis, para reapresentação, podendo esse prazo ser prorrogado mediante apresentação de justificativa prévia da contratada, apresentado até 1 (um) dia útil antes do encerramento do prazo inicial.
- c) Aplicar sanções, nos termos da legislação vigente, do Termo de Referência e deste Instrumento Contratual.

**12.5.4.** Caso haja alterações, a Administração terá 10 (dez) dias úteis para emitir o recebimento definitivo.

**12.5.5.** O recebimento definitivo do objeto dar-se-á mediante verificação técnica da conformidade das entregas, por servidor especialmente designado, conforme os critérios do Termo de Referência. O recebimento será considerado definitivo somente após o atesto formal do fiscal do contrato, nos termos art. 140, da Lei n.º 14.133/2021.

**12.6.** O pagamento à **CONTRATADA** somente será autorizado após o atesto técnico e administrativo da entrega integral do objeto, conforme previsto neste contrato.

**12.7.** O recebimento dos produtos e serviços não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pelo sigilo, qualidade, solidez, segurança e funcionalidade dos produtos e serviços entregues, conforme previsto no art. 119 da Lei n.º 14.133/2021, incluindo eventuais



vícios ocultos ou falhas que se manifestem posteriormente, nem excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

**12.8.** As comunicações entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO CONTRATUAL**

**13.1.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) por meio de Portaria, nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pela Portaria do **CONTRATANTE** que dispõe sobre a gestão e fiscalização dos contratos celebrados no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

**13.2.** O(s) servidor(es) mencionado(s) no item anterior deverá(ão):

- a) Verificar o cumprimento das obrigações técnicas assumidas pela **CONTRATADA**;
- b) Atestar a conformidade das entregas/execução do serviço com as especificações do Termo de Referência;
- c) Emitir relatórios de acompanhamento da execução e aceite das etapas, se necessário;
- d) Registrar falhas, inconsistências ou inadimplementos e recomendar aplicação de sanções, se cabível;
- e) Controlar o cronograma de execução dos serviços;
- f) Verificar documentos fiscais e exigências legais;
- g) Manter atualizados os registros de acompanhamento contratual.

**13.3.** O(s) referido(s) servidor(es) será(ão) responsável(eis) por comunicar formalmente à **CONTRATADA** sobre ocorrências relevantes e analisar pedidos de reequilíbrio, alteração contratual, prorrogação, ou outras demandas da **CONTRATADA**, com apoio técnico, se houver.

**13.4.** A fiscalização observará o cronograma de execução e matriz de responsabilidade, e poderá ser complementada por relatórios, atas de reuniões e documentos comprobatórios das entregas.

**13.5.** A fiscalização do contrato não exime a **CONTRATADA** de sua responsabilidade integral pela fiel execução do objeto contratado, inclusive quanto a eventuais vícios ocultos nas entregas.

**13.6.** O(s) responsável(eis) pela fiscalização anotar(ão), em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos para as providências cabíveis por parte da autoridade competente.



**13.7.** O **CONTRATANTE** poderá recorrer o recebimento do objeto quando entender que o serviço entregue não atenda ao especificado neste Contrato e/ou no Termo de Referência.

**13.8.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

**13.9.** Sempre que solicitado, a **CONTRATADA** deverá repassar à equipe do **CONTRATANTE**, de forma didática, as informações acerca do serviço contratado e executado.

**13.10.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor/fiscal do Contrato, deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, ao **CONTRATANTE**, para adoção das medidas que julgar conveniente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**14.1.** Será exigido na liquidação que a **CONTRATADA** mantenha obrigatoriamente todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**14.2.** As liquidações e os pagamentos serão realizados **até 30 (trinta) dias corridos** após o recebimento do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da **CONTRATANTE**, por servidor devidamente designado.

**14.3.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, CNPJ n.º 09.499.757/0001-46 e acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual, Municipal ou Distrital;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- f) Outros documentos específicos previstos no edital ou no contrato, se houver.

**14.4.** O prazo constante no item 14.2. se inicia mediante apresentação da documentação e nota fiscal devidamente atestadas. Constatada qualquer divergência ou irregularidade na documentação ou na nota fiscal, esta será devolvida à **CONTRATADA** para as devidas correções no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, ficando o prazo interrompido até que a pendência seja sanada.

**14.5.** O atesto da Nota Fiscal pelo gestor somente ocorrerá após a entrega dos produtos e/ou prestação dos serviços pela **CONTRATADA**.

**14.6.** Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, salvo decisão fundamentada do **CONTRATANTE**.

**14.7.** No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, e mediante pedido dela, serão devidos pelo **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados



diariamente em regime de juros simples.

**14.8.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

**14.9.** O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, conforme Lei n.º 15.241/2012.

**14.10.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**14.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**14.12.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**14.13.** A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

AÇÃO	FONTE	NATUREZA
20985	500	339039

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES**

**16.1.** Conforme estabelecido na Lei n.º 14.133/2021, cometerá infração administrativa a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.** O cometimento das infrações listadas sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, mediante procedimento administrativo e garantida a prévia defesa e ainda segundo critérios de adequada dosimetria, aplicar as seguintes sanções:

**16.2.1. Advertência**, sendo aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**16.2.2. Impedimento de licitar e contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 (alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 16.1 deste Contrato), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, sendo aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo (alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 16.1 deste contrato) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.2.4. Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) em razão das horas de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitado ao período 2 h (duas horas) a título de multa de mora.

**16.2.4.1. Multa moratória** de 0,7% (sete décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, com um teto máximo de 2% (dois por cento), em caso de descumprimento do prazo estabelecido para apresentação, complementação ou reposição da garantia.

**16.2.4.2.** Atrasos superiores a 20 (vinte) dias poderão levar a Administração a extinguir o contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o disposto no inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

**16.2.5. Multa compensatória**, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato e será aplicada ao responsável por





qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, observado os seguintes parâmetros:

**16.2.5.1. Multa compensatória**, para infrações listadas nas alíneas “e” a “h” do subitem 16.1, variando até 0,8% (oito décimos por cento) do valor do contrato.

**16.2.5.2. Multa compensatória**, para a inexecução parcial do contrato conforme a alínea “a” do subitem 16.1, variando de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

**16.2.5.3.** Para a infração descrita na alínea “b” do subitem 16.1, a multa será de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

**16.2.5.4.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 16.1, a multa será de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

**16.2.5.5.** Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 16.1, a multa será de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, excetuadas as seguintes infrações:

**16.3.** As sanções previstas nos itens 16.2.1, 16.2.2 e 16.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 16.2.5.

**16.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**16.5.** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**16.6.** No caso de aplicação de sanções, serão adotadas providências no sentido de informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade nos cadastros pertinentes.

**16.7.** A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021

**16.8.** É admitida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**16.8.1.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**16.8.2.** Pagamento da multa;

**16.8.3.** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**16.8.4.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;





**16.8.5.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item 16.8.

**16.8.5.1.** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**16.9.** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.

**16.10.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

**16.11.** O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei n.º 14.133/2021).

**16.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

**17.1.** As **PARTES** envolvidas no processo, por si e por seus colaboradores, obrigar-se-ão, sempre que aplicável, a atuar na presente contratação em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física (“Titular”) identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

**17.2.** As **PARTES**, incluindo todos os seus colaboradores, devem se comprometer a tratar todos os Dados Pessoais que tiverem acesso como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição do **CONTRATANTE**.

**17.3.** As **PARTES** devem adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para assegurar a proteção de dados que tiver acesso (nos termos do artigo 46 da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), de modo a garantir um nível apropriado de segurança aos dados pessoais tratados e mitigar possíveis riscos.

**17.4.** As **PARTES** deverão manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado para o tratamento de Dados Pessoais seja estruturado de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de Governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.



## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**18.1.** Este Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes (extinção amigável), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**18.1.1.** Na ocorrência das hipóteses de extinção, aplicam-se as disposições dos artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

**18.1.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão, caso não restrinja sua capacidade de concluir o Contrato.

**18.1.2.1.** Se a operação societária implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, mantidas as condições de habilitação e da proposta, deverá ser formalizado termo aditivo para a devida alteração.

**18.2.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

**18.2.1.** Balanço ou relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**18.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e dos ainda devidos;

**18.2.3.** Apuração de indenizações e multas;

**18.3.** A extinção do Contrato não obsta o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, se cabível.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**19.1.** Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses e nos limites previstos nos artigos 124 a 136 da Lei n.º 14.133/2021, mediante interesse do **CONTRATANTE** e com as devidas justificativas.

**19.2.** A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**19.3.** As alterações contratuais serão formalizadas por meio de Termo Aditivo.

**19.4.** Registros que não caracterizem alteração do Contrato, como os previstos no art. 136 da Lei n.º 14.133/2021, poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**20.1.** Os casos omissos serão resolvidos pelo **CONTRATANTE**, com base nas disposições da Lei n.º 14.133/2021, em outras normas aplicáveis e, subsidiariamente, nas disposições da Lei



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), quando cabível, e nos princípios gerais dos Contratos e do Direito Administrativo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**21.1.** Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da mesma lei, e no Diário Oficial Eletrônico do TCE/CE, sob a forma de extrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

**22.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza, Ceará, sede do **CONTRATANTE**, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da execução deste Contrato que não puderem ser solucionados por conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Contrato, em via eletrônica, com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus feitos legais e jurídicos.

Considera-se assinado e datado este instrumento a partir da última assinatura aposta pelas Partes.

Fortaleza/CE, datado e assinado eletronicamente.

Silvânia de Oliveira Chaves Brilhante  
**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO**

(nome)  
**REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

**TESTEMUNHAS:**

---



TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO CEARÁ

---

**ANEXO III - DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO  
MENOR**

**MODELO – EMPREGADOR PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA**

(Identificação da licitante), inscrito no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no artigo 7º, XXXIII, da CF, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de dezoito anos e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Assinatura do representante legal \_\_\_\_\_

**(Nome e cargo)** \_\_\_\_\_



**ANEXO IV**

**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

Ao Agente de Contratação / Pregoeiro  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ – TCE/CE  
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2026.

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no edital do pregão acima citado.

1) Identificação da Licitante:

- Razão Social:
- CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Telefone, fax, e-mail:
- Banco, Agência e nº da conta corrente:

2) Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por XX (xxxx) dias contados da data de sua apresentação.

3) Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

- examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipuladas e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- que cumpre plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei nº 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação;
- que sua proposta engloba todas as despesas, incluindo todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras que incidam ou venham incidir sobre o objeto da licitação.

Obs: o proponente deverá declarar, sob as penalidades da lei, a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, somente se houver.

**PROPOSTA DE PREÇOS:**

VALOR GLOBAL	R\$...... (Valor por extenso.....)
--------------	------------------------------------

(Assinatura do Representante legal)

Nome do Signatário

CPF